

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

## Edital 6/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

180159

**OBJETO**

Contratação de manutenção veicular para viaturas do 4º BPM/I (Bauru/SP), 9º BPM/I (Marília/SP), 27º BPM/I (Jau/SP) e 13º BAEP (Bauru/SP).

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 372.098,61 (Trezentos e setenta e dois mil, noventa e oito reais e sessenta e um centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 15/05/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item.

**MODO DE DISPUTA:**

aberto.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR - QUATRO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260409123****SEI 057.00185823/2026-70**

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do Comando de Policiamento do Interior Quatro – Seção de Despesas Orçamentos e Custos, sediado na Rua Major Fonseca Osório, nº 4-65, Vila Antártica, CEP. 17013-140, Bauru/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### Informações Básicas

**Número do artefato**

6/2026

**UASG**

180159-ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

**Editado por**

CRISTIANO CORDEIRO

**Atualizado em**

28/04/2026 10:55 (v 0.7)

**Status**

DISPONIBILIZADO

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado |                       | 057.00185823/2026-70    |

1. Do Objeto

- 1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Bauru/SP.

|            | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   |
|------------|--------------------------|-----------------------|------|---|
| Grupo<br>1 | 3565                     | 126721                | 1    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04011.</u> |
|            |                          |                       | 2    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04308.</u> |
|            |                          |                       | 3    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04600.</u> |
|            |                          |                       | 4    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04608.</u> |
|            |                          |                       | 5    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04400.</u> |
|            |                          |                       | 6    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04411.</u> |
|            |                          |                       | 7    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04416.</u> |
|            |                          |                       | 8    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-04418.</u> |

Marília/SP.

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

|                    | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO  |
|--------------------|--------------------------|-----------------------|------|--|
| <b>Grupo<br/>2</b> | 3565                     | 126721                | 9    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>16-55.</b></u>   |
|                    |                          |                       | 10   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>7-91.</b></u>    |
|                    |                          |                       | 11   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>I-09207.</b></u> |

Jaú/SP.

|                    | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   |
|--------------------|--------------------------|-----------------------|------|---|
| <b>Grupo<br/>3</b> | 3565                     | 126721                | 12   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>I-27-250.</b></u> |
|                    |                          |                       | 13   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>I-27-208.</b></u> |
|                    |                          |                       | 14   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u><b>I-27-311.</b></u> |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

Bauru/SP.

|                    | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO  |
|--------------------|--------------------------|-----------------------|------|--|
| <b>Grupo<br/>4</b> | 3565                     | 126721                | 15   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b><u>E-13235.</u></b> |
|                    |                          |                       | 16   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b><u>E-13211.</u></b> |
|                    |                          |                       | 17   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b><u>E-13111.</u></b> |
|                    |                          |                       | 18   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b><u>E-13129.</u></b> |

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os grupos 3 e 4 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os grupos 1 e 2 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. DA APR DA PROPOSTA E DOS DOC DE HAB**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus

termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERT DA SESSÃO CLAS PROP FORM LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1,00 (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco

por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa



SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o

somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico no [compras.gov.br](https://compras.gov.br) ou pelo e-mail [cpi4uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi4uge@policiamilitar.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;  
12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;  
12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;  
12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.  
12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## **13. DA IMPUG AO EDITAL E DO PEDIDO ESCLAREC**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis

antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email [cpi4uge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpi4uge@policiamilitar.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no ComprasGov e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde

que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br)

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.16.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos de declarações;

14.16.5. ANEXO V – Planilha orçamentária;

14.16.6. ANEXO VI – Resolução SSP-05/2026.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO JOSE FRANCO**

Cap PM Subscritor



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:42:02.

**CRISTIANO CORDEIRO**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:38:51.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo compras.pdf (2.67 MB)



## ANEXO I - Termo de Referência

### Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

# Termo de Referência 52/2026

## Informações Básicas

|                    |                                       |                          |                          |
|--------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por              | Atualizado em            |
| 52/2026            | 180159-ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU | FERNANDA HELENA PLANELIS | 11/03/2026 14:57 (v 0.6) |
| Status             |                                       |                          |                          |
| ASSINADO           |                                       |                          |                          |

## Outras informações

|   |                       |                            |
|---|-----------------------|----------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo    |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado |                       | SEI – 057.00103499/2026-80 |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção de veículos motorizados, abrangendo o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

| ITEM  | SIAFISCO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|---|----------|---------|----------------|---------------|
| 01  | 126721   | 3565    | R\$ 24.318,84  | R\$ 24.318,84 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.   |          |         |                |               |
| Informações do veículo:   |          |         |                |               |
| GM/Trailblazer 2.8 LT Diesel 4x4, ano/modelo 2022/2022, placas FCW6E83, chassi nº 9BG156FKOPC402860, patrimônio nº 222001834, prefixo I-04011, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |          |         |                |               |
| Peças:  |          |         |                |               |
| 01 (um) Farol dianteiro lado esquerdo (código da montadora 52166779)  |          |         |                |               |
| 01 (um) Farol de neblina dianteiro esquerdo (código da montadora 52139280)  |          |         |                |               |
| 01 (um) Lâmpada do farol de neblina esquerdo (código da montadora 52098251)   |          |         |                |               |
| 01 (um) Moldura do farol de neblina (código da montadora 52174557)  |          |         |                |               |
| 01 (um) Guia do para-choque dianteiro esquerdo (código da montadora 52085667)   |          |         |                |               |
| 01 (um) para-choque dianteiro (código da montadora 52067509)  |          |         |                |               |
| 01 (um) suporte interno do para-choque dianteiro (código da montadora 52074803)   |          |         |                |               |
| 01 (um) Braço guia do para-choque dianteiro (código da montadora 84722096)  |          |         |                |               |
| 01(um) Guia suporte do para-choque dianteiro esquerdo (código da montadora 84756646)  |          |         |                |               |
| 01 (um) Braço Guia de suporte do para-choque dianteiro esquerdo (código da montadora 94757281)  |          |         |                |               |
| 01(um) Absorvedor de Impacto do para-choque Dianteiro (código da montadora 52119915)  |          |         |                |               |
| 01 (um) jogo de clipe de fixação do para-choque dianteiro (código da montadora 11610926)  |          |         |                |               |
| 01 (um) Moldura do para-choque dianteiro lado esquerdo (código da montadora 84725015)   |          |         |                |               |

|   |
|---|
| 01 (um) Grade de inferior do radiador (código da montadora 84862894)                          |
| 01 (um) inserto da grade dianteira (código da montadora 84447734)                             |
| 01 (um) jogo de clipe de fixação da grade inferior do radiador (código da montadora 11610926) |
| 01 (um) Placa do batente do para-choque dianteiro (código da montadora 52167169)              |
| 01 (um) Para-lama lado esquerdo (código da montadora 52136853)                                |
| 01 (um) jogo de grampo de fixação do para lama esquerdo (código da montadora 90321122)        |
| 01 (um) Para-barro dianteiro esquerdo (código da montadora 52130703)                          |
| 01 (um) Para-barro Lameiro dianteiro esquerdo (código da montadora 94716493)                  |
| 01 (um) Barra de direção esquerda (código da montadora 52100209)                              |
| 01 (um) Bieleta dianteira esquerda (código da montadora 94717080)                             |
| <b>Serviços:</b>  |
| Mão de obra da substituição das peças;  |
| Mão de obra para funilaria;   |
| Mão de obra para pintura.   |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 02   | 126721    | 3565    | R\$ 13.785,00  | R\$ 13.785,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| Informações do veículo:  |           |         |                |               |
| GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GCE-8J51, chassi nº 9BGJP7520NB176100, patrimônio nº 222010161, prefixo <b>I-04308</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| Peças:   |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de disco composite câmbio (código da montadora 059643)  |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 005721)  |           |         |                |               |
| 02 (dois) retentores laterais do câmbio (código da montadora 075298)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) bomba de óleo do câmbio (código da montadora 059644)  |           |         |                |               |
| 09 (nove) óleos de câmbio (código da montadora 014511)   |           |         |                |               |
| Serviços:  |           |         |                |               |
| Mão de obra da instalação da caixa de câmbio com substituição das peças descritas acima  |           |         |                |               |
| Mão de obra da montagem da caixa de câmbio   |           |         |                |               |
| Mão de obra do ajuste do câmbio  |           |         |                |               |
| Mão de obra da limpeza do conversor de torque  |           |         |                |               |

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL  |
|---|-----------|---------|----------------|--------------|
| 03  | 126721    | 3565    | R\$ 8.642,01   | R\$ 8.642,01 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.   |           |         |                |              |
| Informações do veículo:   |           |         |                |              |
| GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas FQY-0I84, chassi Nº 9BGJP7520NB176871, patrimônio Nº 222010168, prefixo <b>I-04600</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |              |
| Peças:  |           |         |                |              |
|   |           |         |                |              |

|   |
|---|
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 24591518)                                       |
| 04 (quatro) óleo de motor (código da montadora 98550549)                                    |
| 01 (um) válvula termostática (código da montadora 93275736)                                 |
| 01 (um) bomba de água (código da montadora 24591057)  |
| 01 (um) kit de correia dentada (código da montadora 90531677 e 93353548)                    |
| 01 (um) jogo de tucho (código da montadora 93361391)  |
| 01 (um) jogo do parafuso do cabeçote (código da montadora 93304811)                         |
| 06 (seis) litros de aditivo de radiador (código da montadora 93344704)                      |
| 01 (um) tampa do reservatório (código da montadora 13545896)                                |
| 01 (um) tudo de água (código da montadora 94749565)   |
| 01 (um) jogo de junta superior completo (código da montadora 93294583, 93397790 e 24579972) |
| <b>Serviços:</b>  |
| Mão de obra de desmontagem do cabeçote  |
| Mão de obra de retifica do cabeçote   |
| Mão de obra de montagem do cabeçote com substituição das peças descritas acima              |

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|---|-----------|---------|----------------|---------------|
| 04  | 126721    | 3565    | R\$ 11.465,00  | R\$ 11.465,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.   |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>  |           |         |                |               |
| GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GDF-2D15, chassi Nº 9BGJP7520NB177425, patrimônio Nº 222010170, Grupo 21, prefixo <b>I-04608</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>   |           |         |                |               |
| 01 (um) corpo de válvula transmissão automática (código da montadora 24265971)  |           |         |                |               |
| 01 (um) coxim do câmbio automático (código da montadora 52173795)   |           |         |                |               |
| 01 (um) kit defletor do câmbio (código da montadora 24263263 e 24248479)  |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de óleo de câmbio automático (código da montadora 24237508)  |           |         |                |               |
| 01 (um) kit de vedação do câmbio automático "kit Banner" (código da montadora 24053923)   |           |         |                |               |
| 09 (nove) óleos de câmbio automático (código da montadora 98550134)   |           |         |                |               |
| <b>Serviços:</b>  |           |         |                |               |
| Mão de obra da instalação da caixa de câmbio com substituição das peças descritas acima   |           |         |                |               |
| Mão de obra da montagem da caixa de câmbio  |           |         |                |               |
| Mão de obra do ajuste do câmbio   |           |         |                |               |
| Mão de obra da limpeza do conversor de torque   |           |         |                |               |

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|---|-----------|---------|----------------|---------------|
| 05  | 126721    | 3565    | R\$ 21.987,30  | R\$ 21.987,30 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.   |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>  |           |         |                |               |
| GM/SPIN 1.8L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas FLR-7J52, chassi nº 9BGJP7520NB177208, patrimônio nº 222010162, prefixo <b>I-04400</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |

| Peças:   |
|--|
| 01 (um) amortecedor dianteiro direito (código da montadora 52157934)               |
| 08 (oito) balancim das válvulas (código da montadora 93361395)                     |
| 02 (duas) barra da direção (código da montadora 52112624)                          |
| 02 (dois) batente inferior do amortecedor dianteiro (código da montadora 52085945) |
| 01 (uma) bateria (50ah) (código da montadora 52172416)                             |
| 01 (um) braço oscilante dianteiro direito (código da montadora 95940540)           |
| 01 (um) braço oscilante dianteiro esquerdo (código da montadora 95940539)          |
| 02 (duas) bucha da barra estabilizadora dianteira (código da montadora 94754484)   |
| 02 (dois) cilindro do freio traseiro (código da montadora 42589964)                |
| 01 (uma) cobertura inferior da distribuição (código da montadora 24585899)         |
| 01 (uma) cobertura superior da distribuição (código da montadora 94729817)         |
| 01 (uma) cobertura traseira da distribuição (código da montadora 24586235)         |
| 01 (uma) coifa do amortecedor dianteiro direito (código da montadora 96853901)     |
| 01 (uma) coifa do amortecedor dianteiro esquerdo (código da montadora 96853901)    |
| 01 (uma) correia dentada (código da montadora 90531677)                            |
| 01 (uma) correia do alternador (código da montadora 24590700)                      |
| 01 (um) coxim do amortecedor dianteiro (código da montadora 95227628)              |
| 01 (um) coxim do motor (código da montadora 52173792)                              |
| 02 (dois) disco do freio dianteiro (código da montadora 52125657)                  |
| 01 (um) eixo comando de válvulas (código da montadora 98500224)                    |
| 01 (um) elemento do filtro de ar (código da montadora 94757663)                    |
| 01 (um) elemento do filtro do a/c (código da montadora 52102242)                   |
| 01 (um) filtro de combustível (código da montadora 93316245)                       |
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 24591518)                              |
| 01 (uma) haste direita da barra estabilizadora (código da montadora 52151665)      |
| 01 (uma) haste esquerda da barra estabilizadora (código da montadora 52151665)     |
| 01 (um) jogo de cabos das velas de ignição (código da montadora 24588545)          |
| 01 (um) jogo de palhetas do limpador (código da montadora 84437183)                |
| 01 (um) jogo de pastilhas do freio dianteira (código da montadora 52131193)        |
| 01 (um) jogo de sapatas do freio traseira (código da montadora 52130719)           |
| 01 (uma) junta da tampa do cabeçote (código da montadora 24578675)                 |
| 01 (uma) junta do cabeçote (código da montadora 93294583)                          |
| 04 (quatro) junta do coletor de admissão (código da montadora 93397790)            |
| 01 (uma) junta do coletor de escape (código da montadora 24579972)                 |
| 10 (dez) parafuso do cabeçote (m10x1,25x136) (código da montadora 93304811)        |
| 02 (dois) pivô lado direito / esquerdo (código da montadora 95017034)              |
| 01 (um) reservatório de água do radiador (código da montadora 95048411)            |
| 08 (oito) retentor das válvulas (código da montadora 90410741)                     |
| 01 (um) retentor de óleo do comando de válvulas (código da montadora 90285291)     |
| 01 (um) retentor do virabrequim (código da montadora 24578614)                     |
| 01 (um) tambor do freio traseiro direito (código da montadora 52071985)            |
| 01 (um) tambor do freio traseiro esquerdo (código da montadora 52071985)           |
| 01 (uma) tampa do reservatório de água do radiador (código da montadora 13545896)  |

|  |
|--|
| 01 (um) tensionador da correia dentada (código da montadora 93353848)        |
| 01 (um) tensor da correia do alternador (código da montadora 24583134)       |
| 01 (um) terminal da barra da direção direita (código da montadora 52112626)  |
| 01 (um) terminal da barra da direção esquerdo (código da montadora 52112625) |
| 04 (quatro) vela de ignição (NGK BR7ES) (código da montadora 93221446)       |
| 04 (quatro) válvula de admissão (código da montadora 24585923)               |
| 04 (quatro) válvula de escape (código da montadora 24585924)                 |
| <b>Serviços:</b>   |
| Mão de obra da substituição das peças  |
| Serviço de retífica geral do cabeçote  |
| Serviço de limpeza e regulagem de bicos injetores                            |
| Serviço de limpeza do corpo de borboleta                                     |
| Serviço de revisão e limpeza do sistema de arrefecimento                     |
| Serviço de sangria do sistema de freio com sensor ABS                        |
| Serviço de oxi-sanitização com gerador de ozônio                             |
| Serviço de alinhamento 3D.   |

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|---|-----------|---------|----------------|---------------|
| 06  | 126721    | 3565    | R\$ 21.513,38  | R\$ 21.513,38 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.   |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>  |           |         |                |               |
| GM/SPIN 1.8L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas GEG-8H52, chassi nº 9BGJP7520PB179302, patrimônio nº 222082530, prefixo <b>I-04411</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>   |           |         |                |               |
| 01 (uma) cobertura inferior da distribuição (código da montadora 24585899)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) cobertura superior da distribuição (código da montadora 94729817)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) cobertura traseira da distribuição (código da montadora 24586235)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) correia dentada (código da montadora 90531677)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) correia do alternador (código da montadora 24590700)   |           |         |                |               |
| 01 (um) coxim do motor (código da montadora 52173792)   |           |         |                |               |
| 01 (um) elemento do filtro de ar (código da montadora 94757663)   |           |         |                |               |
| 01 (um) elemento do filtro do a/c (código da montadora 52102242)  |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de combustível (código da montadora 93316245)  |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 24591518)   |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de anéis do pistão (std) (código da montadora 24585534)  |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de cabos das velas de ignição (código da montadora 24588545)   |           |         |                |               |
| 04 (quatro) jogo de casquilhos da biela (0,50) (código da montadora 24585541)   |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de casquilhos do virabrequim (0,25) (código da montadora 24590696)   |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de palhetas do limpador (código da montadora 84437183)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) junta da tampa do corpo de válvulas (código da montadora 24234281)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) junta do cabeçote (código da montadora 93294583)   |           |         |                |               |
| 04 (quatro) junta do coletor de admissão (código da montadora 93397790)   |           |         |                |               |

|   |
|---|
| 01 (uma) junta do coletor de escape (código da montadora 24579972)                |
| 10 (dez) parafuso do cabeçote (código da montadora 93304811)                      |
| 01 (uma) polia do virabrequim (código da montadora 24582665)                      |
| 01 (um) reservatório de água do radiador (código da montadora 95048411)           |
| 08 (oito) retentor das válvulas (código da montadora 90410741)                    |
| 01 (um) retentor de óleo do comando de válvulas (código da montadora 90285291)    |
| 01 (um) retentor do virabrequim (código da montadora 24578614)                    |
| 01 (uma) tampa do reservatório de água do radiador (código da montadora 13545896) |
| 01 (um) tensionador da correia dentada (código da montadora 93353848)             |
| 01 (um) tensor da correia do alternador (código da montadora 24583134)            |
| 04 (quatro) vela de ignição (código da montadora 93221446)                        |
| 01 (um) virabrequim (código da montadora 24578211)                                |
| <b>Serviços:</b>  |
| Mão de obra da substituição das peças   |
| Serviço de retífica e descarbonização do cabeçote                                 |
| Serviço de substituição de jogo de bronzinas                                      |
| Serviço de revisão e limpeza do sistema de arrefecimento                          |
| Serviço de sangria do sistema de freio com sensor ABS                             |
| Serviço de oxi-sanitização com gerador de ozônio                                  |
| Serviço de alinhamento 3D e balanceamento   |
| Serviço de cambagem de rodas  |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 07   | 126721    | 3565    | R\$ 29.233,84  | R\$ 29.233,84 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>   |           |         |                |               |
| RENAULT/DUSTER 1.6 4X2, ano/modelo 2021/2022, placas GJA-9J15, chassi nº 93YHJD202NJ114250, patrimônio nº 221039368, prefixo <b>I-04416</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>  |           |         |                |               |
| 01 (um) amortecedor dianteiro direito (código da montadora 543029110R)   |           |         |                |               |
| 01 (um) amortecedor dianteiro esquerdo (código da montadora 543029110R)  |           |         |                |               |
| 01 (um) amortecedor do capô (código da montadora 654702645R)   |           |         |                |               |
| 01 (um) amortecedor traseiro direito (código da montadora 562104323R)  |           |         |                |               |
| 01 (um) amortecedor traseiro esquerdo (código da montadora 562104323R)   |           |         |                |               |
| 01 (um) atuador da embreagem (código da montadora 306206219R)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) barra direita da direção (código da montadora 485217802R)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) barra esquerda da direção (código da montadora 485217802R)  |           |         |                |               |
| 02 (dois) batentes do amortecedor dianteiro (código da montadora 5405051498)   |           |         |                |               |
| 02 (dois) batentes do amortecedor traseiro (código da montadora 552402399R)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) bateria 60ah (código da montadora 244106439R)   |           |         |                |               |
| 04 (quatro) bobinas de ignição (código da montadora 224336695R)  |           |         |                |               |
| 01 (um) braço oscilante dianteiro direito (código da montadora 545040280R)   |           |         |                |               |

|  |
|--|
| 01 (um) braço oscilante dianteiro esquerdo (código da montadora 545055413R)          |
| 02 (duas) buchas da barra estabilizadora dianteiro (código da montadora 546114237R)  |
| 02 (dois) cilindros do freio traseiro (código da montadora 441006059R)               |
| 01 (um) cilindro mestre da embreagem (código da montadora 3061040078)                |
| 02 (duas) coifas do amortecedor traseiro (código da montadora 550683531R)            |
| 01 (um) conjunto da embreagem (código da montadora 302059954R)                       |
| 01 (um) coxim da caixa de mudanças (código da montadora 112205217R)                  |
| 01 (um) coxim do motor (código da montadora 112103250R)                              |
| 02 (dois) discos do freio dianteiro (código da montadora 8201703980)                 |
| 02 (duas) hastes da barra estabilizadora (código da montadora 551103022R)            |
| 01 (um) jogo de anéis do bico injetor (código da montadora 166186294R)               |
| 02 (dois) jogos de fixação do amortecedor dianteiro (código da montadora 543A00952R) |
| 01 (um) jogo de palhetas do limpador (código da montadora 288901158R)                |
| 01 (um) jogo de pastilhas do freio dianteiro (código da montadora 410608481R)        |
| 01 (um) limitador de torção da caixa de mudanças (código da montadora 112385698R)    |
| 01 (um) radiador (código da montadora 214107165R)                                    |
| 01 (um) reservatório de água do radiador (código da montadora 217106499R)            |
| 02 (dois) rolamentos da roda traseira (código da montadora 432106434R)               |
| 02 (duas) sapatas de freio (código da montadora 7701210109)                          |
| 01 (um) semieixo completo dianteiro direito (código da montadora 391001740R)         |
| 02 (dois) tambores do freio traseiro (código da montadora 432008208R)                |
| 01 (uma) tampa reservatório do radiador (código da montadora 8200048024)             |
| 01 (um) terminal da barra da direção direita (código da montadora 485203627R)        |
| 01 (um) terminal da barra da direção esquerda (código da montadora 485207791R)       |
| 01 (um) tubo borracha c ref têxtil s acess (código da montadora 924100434R)          |
| 01 (um) tubo de saída anterior do condensador (código da montadora 924401338R)       |
| 04 (quatro) velas de ignição (código da montadora 224019874R)                        |
| 01 (uma) válvula de ar do pneu (código da montadora 40311MD01A)                      |
| <b>Serviços:</b>   |
| Mão de obra da substituição das peças (mecânica)                                     |
| Mão de obra para funilaria   |
| Mão de obra para vidraçaria  |
| Mão de obra para tapeçaria   |
| Mão de obra para elétrica  |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 08   | 126721    | 3565    | R\$ 23.213,49  | R\$ 23.213,49 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>   |           |         |                |               |
| RENAULT/DUSTER 1.6 E 4X2, ano/modelo 2020/2020, placas BYB-4D09, chassi nº 93YHJD208MJ449009, patrimônio nº 220046509, prefixo <b>I-04418</b> , de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 4ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>  |           |         |                |               |
|  |           |         |                |               |



|   |
|---|
| 01 (um) amortecedor dianteiro direito (código da montadora 543029110R)              |
| 01 (um) amortecedor dianteiro esquerdo (código da montadora 543029110R)             |
| 01 (um) atuador da embreagem (código da montadora 306206219R)                       |
| 01 (uma) barra direita da direção (código da montadora 485217802R)                  |
| 01 (uma) barra esquerda da direção (código da montadora 485217802R)                 |
| 04 (quatro) bobinas de ignição (código da montadora 224336695R)                     |
| 01 (um) braço oscilante dianteiro direito (código da montadora 545040280R)          |
| 01 (um) braço oscilante dianteiro esquerdo (código da montadora 545055413R)         |
| 02 (duas) buchas da barra estabilizadora dianteira (código da montadora 546114237R) |
| 02 (dois) cilindros do freio traseiro (código da montadora 441006059R)              |
| 01 (um) conjunto da embreagem (código da montadora 302059954R)                      |
| 01 (um) coxim da caixa de mudanças (código da montadora 112205217R)                 |
| 02 (dois) coxins do amortecedor dianteiro (código da montadora 6001547499)          |
| 01 (um) coxim do motor (código da montadora 112103250R)                             |
| 02 (dois) discos do freio dianteiro (código da montadora 8201703980)                |
| 02 (duas) hastes da barra estabilizadora (código da montadora 551103022R)           |
| 01 (um) jogo de anéis do bico injetor (código da montadora 166186294R)              |
| 01 (um) jogo de palhetas do limpador (código da montadora 288901158R)               |
| 01 (um) jogo de pastilhas do freio dianteiro (código da montadora 410608481R)       |
| 02 (dois) jogos de sapatas do freio traseiro (código da montadora 440609609R)       |
| 01 (um) limitador de torção da caixa de mudanças (código da montadora 112385698R)   |
| 01 (um) reservatório de água do radiador (código da montadora 217106499R)           |
| 01 (um) semieixo completo dianteiro direito (código da montadora 391001740R)        |
| 02 (dois) tambores do freio traseiro (código da montadora 432008208R)               |
| 01 (uma) tampa do reservatório radiador (código da montadora 8200048024)            |
| 01 (um) terminal da barra da direção direita (código da montadora 485203627R)       |
| 01 (um) terminal da barra da direção esquerda (código da montadora 485207791R)      |
| 01 (um) tubo borracha c ref textil s acess (código da montadora 924100434R)         |
| 04 (quatro) velas de ignição (código da montadora 224019874R)                       |
| 01 (uma) ventoinha da caixa de ventilação (código da montadora 6001552011)          |
| <b>Serviços:</b>  |
| Mão de obra da substituição das peças (mecânica)                                    |
| Mão de obra para funilaria  |
| Mão de obra para vidraçaria   |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de início de execução, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato, para o transporte do veículo oficial na retirada e entrega, ficando responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

1.5.1. Na hipótese de haver a subcontratação para o serviço de transporte dos veículos, a contratada deve remeter ao contratante, antecipadamente, por meio de seu representante, documento formal contendo a delegação para realização da atividade, os dados da empresa autorizada, bem como os do responsável a que se fará presente na retirada e entrega dos veículos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Será proibido, sob qualquer pretexto, manter, estacionar, parar, guardar, realizar testes nos veículos oficiais objetos deste certame, **em vias terrestres** urbanas ou rurais, salvo no estacionamento interno do estabelecimento da contratada, desde que não seja de uso coletivo.

3.3. A empresa contratada deverá possuir e operar com pessoal técnico devidamente preparado, qualificado e com experiência na atividade de mecânica de veículos do presente certame.

3.4. Quanto às instalações, o local onde serão executados os serviços deverá possuir as seguintes especificações:

3.4.1. área edificada para abrigar sob o teto a(s) viatura(s) referente(s) ao(s) item(ns) que venha a vencer, sendo que nesse espaço não se poderá permitir a visualização dos veículos oficiais pelo público externo, a fim de garantir a segurança do patrimônio público em questão, do próprio estabelecimento e de seus funcionários;

3.4.2. piso devidamente cimentado (ou equivalente), iluminação adequada e circulação de ar natural ou forçada;

3.4.3. sinais visuais externos que permitam a perfeita identificação da empresa, de conformidade com a legislação municipal atinente às placas de propaganda e marketing;

3.4.4. condições de salubridade, higiene, conservação e organização, a fim de manter as viaturas devidamente acondicionadas, enquanto estas estiverem sob a guarda da contratada;

3.4.5. área coberta com metragem suficiente à guarda, operação e manutenção das viaturas, de tal sorte que **em nenhuma ocasião**, e sob qualquer pretexto, as viaturas ficarão expostas em:

3.4.5.1. vias terrestres;

3.4.5.2. intempéries;

3.4.5.3. estacionamentos da contratada de uso coletivo.

3.5. Concluídos os serviços contratados, o fornecedor deverá entregar:

3.5.1. Todas as peças e acessórios substituídos, mesmo que inaproveitáveis, com indicação clara e segura, por meio de acondicionamento resistente, com etiqueta, constando a identificação do veículo e o número da Nota de Empenho (NE);

3.5.2. A nota fiscal do serviço que foi executado;

3.5.3. As embalagens das peças e acessórios de reposição originais ou genuínos aplicados nos veículos, bem como nota fiscal de origem (original e cópia) das peças aplicadas e a documentação de garantia individual do fabricante das peças (quando houver).

3.6. O transporte dos veículos oficiais, tanto para a retirada quanto para a devolução após a manutenção, será realizado e custeado pela contratada. A retirada e entrega deverá ser feita:

3.6.1. Viatura de prefixo **I-04011**, na sede da 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior, sito Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 3-165, Núcleo Habitacional Presidente Geisel, CEP: 17033-360, Bauru/SP;

3.6.2. Viatura de prefixo **I-04308**, na base do 1º Grupamento da 3ª Companhia PM, sito Rua Nair de Carvalho Timachi, nº 5, Vila Soares, CEP: 17490-112, Piratininga/SP;

3.6.3. Viaturas de prefixo **I-04600** e **I-04608**, na sede da 6ª Companhia PM, situada à Rua Benjamim Monteiro, nº O-697, Jardim Alvorada, CEP: 17280-146, Pederneiras/SP;

3.6.4 Viaturas de prefixo **I-04400**, **I-04411**, **I-04416** e **I-04418**, na sede da 4ª Companhia PM, sito Travessa Francisco Cavallare Scipelitti, nº 1-75, Jardim Cecap, CEP: 17032-301, Bauru/SP;

3.7. O fornecedor deverá utilizar caminhão guincho, do tipo plataforma ou lança (prioritariamente o que for mais adequado a preservar os veículos), cujo transporte deve obedecer todas as regras de segurança, estar de acordo com as normas de trânsito e as normas técnicas vigentes.

3.7.1. Na retirada dos veículos oficiais o fornecedor deverá elaborar check-list sobre as condições dos veículos e dos equipamentos que estão em seu interior, entregando cópia ao Chefe da Logística do 4º BPM/I ou ao PM determinado por ele através de delegação. A retirada e entrega deverá ser feita de segunda a sexta-feira, exceto feriados e/ou pontos facultativos, das 08h às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

3.7.2. Os serviços executados deverão atingir a finalidade esperada, que é a substituição das peças e as perfeitas condições de funcionamento e operação dos veículos oficiais discriminados, com observância das especificações trazidas neste termo de referência, assim como regras editalícias e cláusulas contratuais estabelecidas para o certame.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A CONTRATADA deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos.

4.1.2. A CONTRATADA deverá fazer uso racional da água e da energia elétrica, evitando o desperdício.

4.1.3. A CONTRATADA deve observar as normas e os manuais de boas práticas, otimizando os recursos e materiais utilizados na execução do serviço eliminando o desperdício, evitando ou reduzindo ao máximo a poluição e dando aos resíduos resultantes da atividade a correta destinação final, observando as normas e orientações presentes na legislação;

4.1.4. Fica a CONTRATADA responsável por realizar o gerenciamento dos resíduos realizando o correto descarte dos resíduos.

### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 02 (dois) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço.

### **Local e horário da retirada e entrega dos veículos**

5.2. A retirada e entrega deverá ser feita:

5.2.1. Viatura de prefixo **I-04011**, na Sede da 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior, sito na Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 3-165, Núcleo Habitacional Presidente Geisel, CEP: 17033-360, Bauru /SP;

5.2.2. Viatura de prefixo **I-04308**, na base do 1º Grupamento da 3ª Cia PM, sito na Rua Nair de Carvalho Timachi, nº 5, Vila Soares, CEP: 17490-112, Piratininga/SP;

5.2.3. Viaturas de prefixo **I-04600** e **I-04608**, na Sede da 6ª Cia PM, sito na Rua Benjamim Monteiro, nº O-697, Jardim Alvorada, CEP: 17280-146, Pederneiras/SP;

5.2.4 Viaturas de prefixo **I-04400**, **I-04411**, **I-04416** e **I-04418**, na Sede da 4ª Cia PM, sito na Travessa Francisco Cavallare Scipelitti, nº 1-75, Jardim Cecap, CEP: 17032-301, Bauru/SP.

5.3. A retirada e entrega deverá ser feita de segunda a sexta-feira, exceto feriados e/ou pontos facultativos, das 08h às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 06 (seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos

mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.

18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao

reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Termo de Vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços e observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Utilização de mão de obra capacitada e com conhecimento técnico adequado;

7.2.2. Utilização de peças originais e/ou Genuínas;

7.2.3. Cumprimento do prazo de entrega (conclusão) do serviço, com todas as demandas previstas na contratação realizadas.

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. SELEÇÃO DE FORNECEDOR DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**8.12. Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal /Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

### **Qualificação Técnica**

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado (s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **Outras comprovações**

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. Tratando-se de consórcio:

8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.27.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência /insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ R\$ 154.158,85 (Cento e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e oito Reais e oitenta e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 180159;

II. Fonte de Recursos: 150010001;

III. Programa de Trabalho: 180422;

IV. Elemento de Despesa: 33903985;

V. Plano Interno: 007.008.0209.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **12. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO MACHADO SCIGLIANO**

1ºTen PM - Oficial P4



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 14:57:51.

**FERNANDA HELENA PLANELIS**

Sd PM - Auxiliar de Logística do 4ºBPM/I



*Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 14:37:08.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

# Termo de Referência 54/2026

## Informações Básicas

|                    |                                       |                           |                          |
|--------------------|---------------------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por               | Atualizado em            |
| 54/2026            | 180159-ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU | ALEX FRANCO DO NASCIMENTO | 18/03/2026 10:37 (v 0.6) |
| Status             |                                       |                           |                          |
| ASSINADO           |                                       |                           |                          |

## Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado |                       | 057.00119866/2026-67    |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção de veículos motorizados, abrangendo o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças para as viaturas do 13º BAEP Regimento de Cavalaria, Estado Maior e 2ª Cia PM do 9ºBPM/I, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento

| ITEM   | SIAFISCO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|----------|---------|----------------|---------------|
| 01   | 126721   | 3565    | R\$ 20.460,00  | R\$ 20.460,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |          |         |                |               |
| Informações do veículo:  |          |         |                |               |
| FORD CARGO 1317, ano/modelo 2006/2006, placas DJP 1248, chassi nº 9BFXCE2U96BB71628, patrimônio nº 206019194-D, prefixo 16-55, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 13º Batalhão de Ações Especiais |          |         |                |               |
| Peças:   |          |         |                |               |
| 02 (dois) Pneus 9.00R20 141/139L 14 T545   |          |         |                |               |
| 04 (quatro) Pneus 9.00R20 141/139L T 546 Tração 14L  |          |         |                |               |
| 06 (seis) Câmaras de Pneus 9.00R20   |          |         |                |               |
| 06 (seis) Protetores de câmara   |          |         |                |               |
| 01 (um) Kit de Embreagem   |          |         |                |               |
| Serviços:  |          |         |                |               |
| Serviço de desmontagem e montagem dos pneus;   |          |         |                |               |
| Serviço de alinhamento;  |          |         |                |               |
| Serviço de balanceamento;  |          |         |                |               |
| Serviço da troca do kit de embreagem   |          |         |                |               |
|  |          |         |                |               |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 02   | 126721    | 3565    | R\$ 54.000,00  | R\$ 54.000,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>   |           |         |                |               |
| M.BENZ COMIL PIA O, ano/modelo 2002/2002, placas CDV4022, chassi nº 9BM6882762B296816, patrimônio nº 20020197, prefixo 7-91, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>  |           |         |                |               |
| 01 (um) A/C E90 90.000 BTUS  |           |         |                |               |
| <b>Serviços:</b>   |           |         |                |               |
| Serviço de instalação do ar condicionado com os agregados  |           |         |                |               |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 03   | 126721    | 3565    | R\$ 20.773,43  | R\$ 20.773,43 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>   |           |         |                |               |
| GM SPIN 1.8L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2023, placas BQU3G56, chassi nº 9BGJP7520PB179416, patrimônio nº 222082531, prefixo I-09207, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 9º Batalhão de Policia Militar do Interior |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>  |           |         |                |               |
| 01 (um) Aparabarro esquerdo  |           |         |                |               |
| 01 (um) Aparelho elétrico farol esquerdo   |           |         |                |               |
| 01 (um) Parachoque dianteiro   |           |         |                |               |
| 01 (um) Câpo   |           |         |                |               |
| 01 (um) Farol de milha lado esquerdo   |           |         |                |               |
| 01 (uma) Grade do radiador   |           |         |                |               |
| 01 (uma) Moldura do farol de milha   |           |         |                |               |
| 01 (um) Paralama lado esquerdo   |           |         |                |               |
| 01 (uma) Cobertura inferior da grade do radiador   |           |         |                |               |
| 01 (uma) Moldura da grade cromada  |           |         |                |               |
| Adesivo do câpo e paralama esquerdo  |           |         |                |               |
| <b>Serviços:</b>   |           |         |                |               |
| Serviço de funilaria   |           |         |                |               |
| Serviço de pintura   |           |         |                |               |
| Serviço de adesivagem  |           |         |                |               |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.



1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de início de execução, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato, para o transporte do veículo oficial na retirada e entrega, ficando responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

1.5.1. Na hipótese de haver a subcontratação para o serviço de transporte dos veículos, a contratada deve remeter ao contratante, antecipadamente, por meio de seu representante, documento formal contendo a delegação para realização da atividade, os dados da empresa autorizada, bem como os do responsável a que se fará presente na retirada e entrega dos veículos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *Esta contratação está dispensada de registro no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.*

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:*

4.1.1. *A CONTRATADA deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos.*

4.1.2. *A CONTRATADA deverá fazer uso racional da água e da energia elétrica, evitando o desperdício.*

4.1.3. *A CONTRATADA deve observar as normas e os manuais de boas práticas, otimizando os recursos e materiais utilizados na execução do serviço eliminando o desperdício, evitando ou reduzindo ao máximo a poluição e dando aos resíduos resultantes da atividade a correta destinação final, observando as normas e orientações presentes na legislação;*

4.1.4. *Fica a CONTRATADA responsável por realizar o gerenciamento dos resíduos realizando o correto descarte dos resíduos.*

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço.

### **Local e horário da retirada e entrega dos veículos**

5.2. A retirada e entrega deverá ser feita:

5.2.1. Viatura de prefixo **16-55**, na sede do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº118 – Jardim Vitoria, Marília – SP;

5.2.2. Viatura de prefixo **7-91**, na sede do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº118 – Jardim Vitoria, Marília – SP;

5.2.3. Viaturas de prefixo **I-09207**, na Sede da 2ª Companhia da Polícia Militar, sito na Av Tamoios nº 1670 - Centro, Tupã-SP.

5.3. A retirada e entrega deverá ser feita de segunda a sexta-feira, exceto feriados e/ou pontos facultativos, das 08h às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução

total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo (s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

*7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Termo de Vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços e observará o disposto nesta seção.*

*7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:*

*7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;*

*7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou*

*7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

*7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

*7.2.1. Utilização de mão de obra capacitada e com conhecimento técnico adequado;*

*7.2.2. Utilização de peças originais e/ou Genuínas;*

*7.2.3. Cumprimento do prazo de entrega (conclusão) do serviço, com todas as demandas*

*previstas na contratação realizadas.*

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *03 (três)* dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *05 (cinco)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

*7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

## **8. SELEÇÃO DE FORNECEDOR DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

## Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço unitário*.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

**8.4. Pessoa física:** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

**8.7. Sociedade empresária,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11. Sociedade cooperativa:** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;*

**8.12. Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS*, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de *pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)*, ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, *recuperação judicial ou extrajudicial*, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

8.24. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.24.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;*

8.25. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.25.1. *Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.25.1.1. *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;*

8.25.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;*

8.25.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.25.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;*

## Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. *Tratando-se de consórcio:*

8.27.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

a) *Designação do consórcio e sua composição;*

b) *Finalidade do consórcio;*

c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*

d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*

e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*

f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*

g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*

h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

8.27.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

8.27.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência /insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.27.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.28. *Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.28.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.28.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.28.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.28.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.28.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

8.28.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*

8.28.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.*

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**Valor (R\$):** 95.233,43

9.1. *O valor estimado total da contratação é de R\$ 95.233,43 (noventa e cinco mil duzentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), conforme a soma dos custos unitários dos itens apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

*I. Gestão/Unidade: 180159;*

*II. Fonte de Recursos: 150010001;*

*III. Programa de Trabalho: 180422;*

*IV. Elemento de Despesa: 33903985;*

*V. Plano Interno: 007.008.0209;*

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ GUSTAVO DA SILVA SANCHES**

Chefe P/4

**ALEX FRANCO DO NASCIMENTO**

Aux Materiais



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 10:37:16.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

Termo de Referência 46/2026

Informações Básicas

|                    |                                       |                  |                           |
|--------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por      | Atualizado em             |
| 46/2026            | 180159-ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU | MARCOS JOSE OCON | 10/04/2026 14:31 (v 0.10) |
| Status             |                                       |                  |                           |
| ASSINADO           |                                       |                  |                           |

Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado |                       | 057.00108664/2026-90    |

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de manutenção de veículos motorizados, abrangendo o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM   | SIAFISCO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL  |
|--|----------|---------|----------------|--------------|
| 1  | 126721   | 3565    | R\$ 37.630,00  | R\$37.630,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |          |         |                |              |
| Informações do veículo:  |          |         |                |              |
| FORD/RANGER XLT, motor 3.2 ano 2022/2023, placa GCO7A23, chassi nº 8AFAR23S1PJ301103, patrimônio nº 222039511, (prefixo I-27-250)de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 27ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |          |         |                |              |
| Peças  |          |         |                |              |
| 01 (um) caixa de cambio completa ( código da montadora )   |          |         |                |              |
| 12 (doze) litros de óleo MOTORCRAFT ATF MERCON LV especificação WSSM2C938-A  |          |         |                |              |
| Serviços   |          |         |                |              |
| Mão de obra substituir remoção e instalação do câmbio  |          |         |                |              |
| Verificação ajustes e correção de erros no sistema;  |          |         |                |              |
| Modulo controle do veiculo;  |          |         |                |              |
| Verificação falhas no funcionamento do veículo   |          |         |                |              |
| Verificação necessidade de substituição de outras peças pormenores   |          |         |                |              |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 2  | 126721    | 3565    | R\$ 13.926,00  | R\$ 13.926,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| Informações do veículo:  |           |         |                |               |
| GM/Spin, 2022/2022, placa FCI6D44, chassi nº 9BGJP7520NB176654, patrimônio nº 222010197-B, prefixo I-27-208, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 27ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| Peças:   |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de disco composite câmbio (código da montadora 059643)  |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 005721)  |           |         |                |               |
| 01 (um) Jogo de juntas de vedação de retentores (código da montadora 075298)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) bomba de óleo do câmbio (código da montadora 059644)  |           |         |                |               |
| 12 (doze) litros de óleos de câmbio dextron VI modelo do cambio 6T31   |           |         |                |               |
| 01 (um) conversor torque ( código da montadora 24231040)   |           |         |                |               |
| 01 (um) Kit de engrenagem (polia e corrente)   |           |         |                |               |
| Serviços:  |           |         |                |               |
| Verificar a troca do corpo da válvula;   |           |         |                |               |
| Verificar a troca modulo de controle transmissão;  |           |         |                |               |
| Verificar a troca das válvulas solenoides;   |           |         |                |               |
| Remover e instalar caixa de câmbio/ verificação substituição peças pormenores;   |           |         |                |               |
| Substituição peças e ajustes na caixa de câmbio.   |           |         |                |               |

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|---|-----------|---------|----------------|---------------|
| 3   | 126721    | 3565    | R\$ 14.146,00  | R\$ 14.146,00 |
| Informações do veículo:   |           |         |                |               |
| GM/Spin, 2022/2023, placa BQN-3I51 chassi nº 9BGJP7520PB171917, patrimônio nº 222082765-J , prefixo I-27-311, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 27ºBatalhão de Polícia Militar do Interior. |           |         |                |               |
| Peças:  |           |         |                |               |
| 01 (um) jogo de disco composite câmbio (código da montadora 059643)   |           |         |                |               |
| 01 (um) filtro de óleo (código da montadora 005721)   |           |         |                |               |
| 01 (um) Jogo de juntas de vedação de retentores (código da montadora 075298)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) bomba de óleo do câmbio (código da montadora 059644)   |           |         |                |               |
| 12 (doze) litros de óleos de câmbio dextron VI modelo do cambio 6T31  |           |         |                |               |
| 01 (um) conversor torque ( código da montadora 24231040)  |           |         |                |               |
| 01 (um) Kit de engrenagem (polia e corrente)  |           |         |                |               |
| Serviços:   |           |         |                |               |
| Verificar a troca do corpo da válvula;  |           |         |                |               |
| Verificar a troca modulo de controle transmissão;   |           |         |                |               |
| Verificar a troca das válvulas solenoides;  |           |         |                |               |
| Remover e instalar caixa de câmbio/ verificação substituição peças pormenores;  |           |         |                |               |
| Substituição peças e ajustes na caixa de câmbio.  |           |         |                |               |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de início de execução, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato, para o transporte do veículo oficial na retirada e entrega, ficando responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

1.5.1. Na hipótese de haver a subcontratação para o serviço de transporte dos veículos, a contratada deve remeter ao contratante, antecipadamente, por meio de seu representante, documento formal contendo a delegação para realização da atividade, os dados da empresa autorizada, bem como os do responsável a que se fará presente na retirada e entrega dos veículos.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Será proibido, sob qualquer pretexto, manter, estacionar, parar, guardar, realizar testes nos veículos oficiais objetos deste certame, **em vias terrestres** urbanas ou rurais, salvo no estacionamento interno do estabelecimento da contratada, desde que não seja de uso coletivo.

3.3. A empresa contratada deverá possuir e operar com pessoal técnico devidamente preparado, qualificado e com experiência na atividade de mecânica de veículos do presente certame.

3.4. Quanto às instalações, o local onde serão executados os serviços deverá possuir as seguintes especificações:

3.4.1. área edificada para abrigar sob o teto a(s) viatura(s) referente(s) ao(s) item(ns) que venha a vencer, sendo que nesse espaço não se poderá permitir a visualização dos veículos oficiais pelo público externo, a fim de garantir a segurança do patrimônio público em questão, do próprio estabelecimento e de seus funcionários;

3.4.2. piso devidamente cimentado (ou equivalente), iluminação adequada e circulação de ar natural ou forçada;

3.4.3. sinais visuais externos que permitam a perfeita identificação da empresa, de conformidade com a legislação municipal atinente às placas de propaganda e marketing;

3.4.4. condições de salubridade, higiene, conservação e organização, a fim de manter as viaturas devidamente acondicionadas, enquanto estas estiverem sob a guarda da contratada;

3.4.5. área coberta com metragem suficiente à guarda, operação e manutenção das viaturas, de tal sorte que **em nenhuma ocasião**, e sob qualquer pretexto, as viaturas ficarão expostas em:

3.4.5.1. vias terrestres;

3.4.5.2. intempéries;

3.4.5.3. estacionamentos da contratada de uso coletivo.

3.5. Concluídos os serviços contratados, o fornecedor deverá entregar:

3.5.1. Todas as peças e acessórios substituídos, mesmo que inaproveitáveis, com indicação clara e segura, por meio de acondicionamento resistente, com etiqueta, constando a identificação do veículo e o número da Nota de Empenho (NE);

3.5.2. A nota fiscal do serviço que foi executado;

3.5.3. As embalagens das peças e acessórios de reposição originais ou genuínos aplicados nos veículos, bem como nota fiscal de origem (original e cópia) das peças aplicadas e a documentação de garantia individual do fabricante das peças (quando houver).

3.6. O transporte dos veículos oficiais, tanto para a retirada quanto para a devolução após a manutenção, será realizado e custeado pela contratada. A retirada e entrega deverá ser feita na

3.6.1. 02 (dois) GM/SPIN 1.8L placas FCI6D44(prefixo I-27-250) e BQN-3151 (prefixo I-27-250),

3.6.1.2. Rua 24 de maio, 943 - vila nova - Jaú/SP - CEP17205-170

3.6.1.3. 01 (um) FORD/RANGER XLT, placas GCO7A23 (prefixo I-27-250),

3.6.1.4. Rua Major Fonseca Osório, 465 - Vila Antarctica Bauru/SP - CEP17013-140

3.6.1. O fornecedor deverá utilizar caminhão guincho, do tipo plataforma ou lança (prioritariamente o que for mais adequado a preservar os veículos), cujo transporte deve obedecer todas as regras de segurança, estar de acordo com as normas de trânsito e as normas técnicas vigentes.

3.6.2. Na retirada dos veículos oficiais o fornecedor deverá elaborar check-list sobre as condições dos veículos e dos equipamentos que estão em seu interior, entregando cópia ao Chefe da administração do 27ºBPM/I ao PM determinado por ele através de delegação. A retirada e entrega deverá ser feita de segunda a sexta-feira, exceto feriados e/ou pontos facultativos, das 08h às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

3.7. Os serviços executados deverão atingir a finalidade esperada, que é a substituição das peças e as perfeitas condições de funcionamento e operação dos veículos oficiais discriminados, com observância das especificações trazidas neste termo de referência, assim como regras editalícias e cláusulas contratuais estabelecidas para o certame.

3.8. No caso do veículo oficial FORD/RANGER XLT, placas GCO7A23 (prefixo I-27-250) será substituído o câmbio completo conforme consta no item 1.1.



3.9. A retirada do veículo oficial FORD/RANGER XLT, placas GCO7A23 (prefixo I-27-250), será feita no endereço sito Rua Major Fonseca Osório, 465 - Vila Antarctica Bauru/SP - CEP17013-140 e sua entrega será feita no endereço sito Rua 24 de maio, 943 - vila nova - Jaú/SP - CEP17205-170

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A CONTRATADA deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos.

4.1.2. A CONTRATADA deverá fazer uso racional da água e da energia elétrica, evitando o desperdício.

4.1.3. A CONTRATADA deve observar as normas e os manuais de boas práticas, otimizando os recursos e materiais utilizados na execução do serviço eliminando o desperdício, evitando ou reduzindo ao máximo a poluição e dando aos resíduos resultantes da atividade a correta destinação final, observando as normas e orientações presentes na legislação;

4.1.4. Fica a CONTRATADA responsável por realizar o gerenciamento dos resíduos realizando o correto descarte dos resíduos.

### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 02 (dois) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço.

### **Local e horário da retirada e entrega dos veículos**

5.2. A retirada e a entrega deverá ser feita no 27º BPM/I, sito Rua 24 de maio, nº943, Vila nova, CEP: 17205-170, Jaú /SP. GM/Spin, 2022/2023, placa BQN-3151 (prefixo I-27-311), GM/Spin, 2022/2022, placa FCI6D44 (prefixo I-27-208)

5.3. A retirada será feita no CPI-4, sito Rua Major Fonseca Osório, nº465, Vila Antarctica, CEP: 17013-140, Bauru /SP. FORD/RANGER XLT, motor 3.2 ano 2022/2023, placa GCO7A23 (prefixo I-27-250) e a entrega será feita no 27º BPM/I, sito Rua 24 de maio, nº943, Vila nova, CEP: 17205-170, Jaú/SP.

5.4. A retirada e entrega deverá ser feita de segunda a sexta-feira, exceto feriados e/ou pontos facultativos, das 08h às 11h30 e das 14h00 às 17h30.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 06 (seis) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de toda a execução da obra, que tratará diretamente com os fiscais e gestor do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, II);

## **Fiscalização administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Termo de Vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços e observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Utilização de mão de obra capacitada e com conhecimento técnico adequado;

7.2.2. Utilização de peças originais e/ou Genuínas;

7.2.3. Cumprimento do prazo de entrega (conclusão) do serviço, com todas as demandas previstas na contratação realizadas.

## **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, IV, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificado, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117 /1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.24.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;



8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **Outras comprovações**

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.26. Tratando-se de consórcio:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.26.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência /insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às s

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 65.702,00

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 65.702,00 (sessenta e cinco mil e setecentos e dois Reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.1.1. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180159 – CPI-4;

II) Fonte de Recursos: 150010001 – Tesouro;

III) Programa de Trabalho: 180422;

IV) Elemento de Despesa: 33903985;

V) Plano interno: 007.008.0401 (Jaú)

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jaú, 06 de abril de 2026

Neveton Francisco **Galli**

2ºTen PM Ch Seq Mat

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NEVETON FRANCISCO GALLI**

2ºTen PM Ch Seq Mat

**MARCOS JOSE OCON**

Cb PM Aux. Mat



*Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 14:31:47.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

|                    |                                       |                                 |                          |
|--------------------|---------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                  | Editado por                     | Atualizado em            |
| 19/2026            | 180159-ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU | EZEQUIEL CORREA PIMENTEL JUNIOR | 18/03/2026 15:30 (v 0.5) |
| Status             |                                       |                                 |                          |
| ASSINADO           |                                       |                                 |                          |

Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado |                       | 057.00048304/2026-21    |

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

Governo do Estado de São Paulo

Polícia Militar do Estado de São Paulo

13.BAEP EM P-4

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

Processo Administrativo nº 057.00048304/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e reparo em veículo automotor com fornecimento de peças para as viaturas: marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2022/2022, placas BSZ8H23, chassi nº 9BG156FK0NC446235, patrimônio nº 222004967, prefixo E-13235; Marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2018/2019, placas EXW4811, chassi nº 9BG156FK0KC428120, patrimônio nº 218043136, prefixo E-13211; Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2019/2020, placas EJX-3414, prefixo E-13111; Chassi 9BG156FK0LC405029, patrimônio 219002792 e Chevrolet/Trailblazer LTZ D4A, ano/modelo 2021/2022, placas CUM4J53, prefixo E-13-129; Chassi 9BG156FK0NC414243, patrimônio221036118, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|---------|----------------|-------------|
|      |           |         |                |             |

|  |        |      |               |               |
|--|--------|------|---------------|---------------|
| 01   | 126721 | 3565 | R\$ 17.985,00 | R\$ 17.985,00 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |        |      |               |               |
| Informações do veículo:  |        |      |               |               |
| Chevrolet/Trailblazer LT , ano/modelo 2022/2022, placas BSZ8H23, prefixo E-13235; Patrimônio: 222004967; CHASSI: 9BG156FK0NC446235, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 13ºBAEP Batalhão de Ações Especiais. |        |      |               |               |
| Peças:   |        |      |               |               |
| 01(uma) <b>caixa de roda externa traseira direita</b> (código da montadora 52020133)   |        |      |               |               |
| 01 (um) <b>guia do para-choque traseiro direito</b> (código da montadora 52095596)   |        |      |               |               |
| 01 (uma) <b>lanterna traseira anti-neblina esquerda</b> (código da montadora 52116677)   |        |      |               |               |
| 01 (uma) <b>lanterna traseira direita</b> (código da montadora 52136093)   |        |      |               |               |
| 01 (um) <b>painel cj- ext lat ca</b> (código da montadora 52045923)  |        |      |               |               |
| 01 (um) <b>parabarro traseiro direito</b> (código da montadora 52020133)   |        |      |               |               |
| 01 (um) <b>para-choque traseiro</b> (código da montadora 52131052)   |        |      |               |               |
| 01 (um) <b>vidro fixo lateral traseiro direito</b> (código da montadora 52069899)  |        |      |               |               |
| Serviços:  |        |      |               |               |
| Mão de obra da substituição das peças;   |        |      |               |               |
| Mão de obra para funilaria;  |        |      |               |               |
| Mão de obra para pintura.  |        |      |               |               |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 02   | 126721    | 3565    | R\$ 12.273,82  | R\$ 12.273,82 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| Informações do veículo:  |           |         |                |               |
| Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2018/2019, placas EXW-4811, prefixo E-13211; Chassi 9BG156FK0KCA28120 , Patrimonio 218043136; de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 13ºBAEP Batalhão de Ações Especiais |           |         |                |               |
| Peças:   |           |         |                |               |
| 02 (dois) <b>filtro de combustível</b> (código da montadora 52100212)  |           |         |                |               |
| 01 (uma) <b>correia dentada grande</b> (código da montadora 12642668)  |           |         |                |               |
| 02 (duas) <b>polia lisa desivo correia poly-v</b> (código da montadora 94722018)   |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>tensionador da correia de acessórios</b> (código da montadora 24588988)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) <b>junta da tampa de válvula</b> (código da montadora 12643582)   |           |         |                |               |
| 01 (uma) <b>correia de acessórios (correia alternador, compressor e direção)</b> (código da montadora 24581173)  |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>tensionador da correia dentada do motor</b> (código da montadora 12644510)  |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>selo do motor</b>   |           |         |                |               |
| 01 (uma) <b>polia do tensor da correia do alternador</b> (código da montadora 94722019)  |           |         |                |               |
| 04( quatros) <b>arruela do bico injetor</b> (código da montadora 12625635)   |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>filtro de óleo</b> (código da montadora 12636838)   |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>polia estriada correia de serviço</b> (código da montadora 24590404)  |           |         |                |               |
| 16( dezesseis) <b>jogo de tucho e balancim</b> (código da montadora 12625214)  |           |         |                |               |

|  |
|--|
| 06 (seis) óleo de motor                              |
| <b>serviços:</b>                                     |
| Mão de obra da substituição das peças;               |
| Regular - diagnostico e reparo injeção eletrônica    |
| Regular- sincronismo do motor                        |
| Reparar- remoção e instalação comando de válvulas    |
| Substituir- remover e instalar tuchos de válvula     |
| Substituir- troca da junta da tampa de válvulas      |
| Substituir- remoção e instalação dos bicos injetores |

| ITEM   | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|--|-----------|---------|----------------|---------------|
| 03   | 126721    | 3565    | R\$ 12.218,50  | R\$ 12.218,50 |
| Manutenção de Veículos Leves e Pesados.  |           |         |                |               |
| <b>Informações do veículo:</b>   |           |         |                |               |
| Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2019/2020, placas EJX-3414, prefixo E-13111; Chassi 9BG156FK0LC405029 , patrimônio 219002792; de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 13ºBAEP Batalhão de Ações Especiais |           |         |                |               |
| <b>Peças:</b>  |           |         |                |               |
| 01 (um) <b>amortecedor dianteiro ld</b> (código da montadora <b>52155587</b> )   |           |         |                |               |
| 02 (duas) <b>barra axial direção</b> (código da montadora <b>52100209</b> )  |           |         |                |               |
|  |           |         |                |               |

|   |
|---|
| 02 (dois) <b>kit do amortecedor dianteiro</b> (código da montadora <b>52155586</b> )                  |
| 01 (um) <b>amortecedor dianteiro esquerdo</b> (código da montadora <b>52155587</b> )                  |
| 02 (dois) <b>pivô suspensão inferior dir/esq</b> (código da montadora <b>52051147</b> )               |
| 01 (uma) <b>bandeja superior dianteira-ld</b> (código da montadora <b>52100204</b> )                  |
| 01 (uma) <b>bandeja superior dianteira-le</b> (código da montadora <b>52100203</b> )                  |
| 02 (duas) <b>bieleta diant ld/le</b> (código da montadora <b>52051141</b> )                           |
| 02 (dois) <b>terminal da direção</b> (código da montadora GM- <b>52125301</b> ; GM- <b>52125300</b> ) |
| 02 (duas) <b>haste do eixo traseiro</b> (código da montadora <b>52030353</b> )                        |
| 01 (uma) <b>bieleta traseira lado direito</b> (código da montadora <b>52123686</b> )                  |
| 01 (uma) <b>bieleta traseira lado esquerdo</b> (código da montadora <b>52123686</b> )                 |
| 02 (dois) <b>aditivo de radiador</b>  |
| 04(quatro) <b>bucha da bandeja dt inferior</b> (código da montadora <b>52051151</b> )                 |
| 02 (dois) <b>pivô bandeja superior</b> (código da montadora <b>52100204</b> )                         |
| <b>serviços:</b>  |
| Mão de obra da substituição das peças;  |
| LIMPAR- LIMPEZA NO SISTEMA DE ARREFECIMENTO   |
| REGULAR- ALINHAMENTO + BALANCEAMENTO  |

| ITEM | SIAFISICO | COMPRAS | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL   |
|------|-----------|---------|----------------|---------------|
| 04   | 126721    | 3565    | R\$14.527,00   | R\$ 14.527,00 |



**Informações do veículo:**

**Chevrolet/Trailblazer LTZ D4A, ano/modelo 2021/2022, placa- CUM4J53, prefixo E-13129; Chassi 9BG156FK0NC414243 , patrimônio221036118; de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o 13º BAEP Batalhão de Ações Especiais**

**Peças:**

01 (um) **Flange retentor volante motor** (código da montadora **55484756**)

01 (uma) **cola alta temperatura**

**serviços:**

Mão de obra da substituição das peças;

Reparar- Remover e instalar volante do motor

Reparar- Serviço de torno portal L/D e solda

Reparar – Remover/ instalar escapamento

Reparar – Remoção e instalação do coletor de escape

Reparar- Tirar e recolocar o motor de partida

Reparar- Remover e instalar coletor de admissão

Reparar- Remoção e instalação do diferencial

Reparar – Remover e instalar motor

Reparar – Remover e instalar capo dianteiro

Reparar – Remover e instalar grade dianteira

Reparar- Remoção e instalação do radiador

Reparar – Limpeza sistema arrefecimento

Reparar – Remover e instalar filtro

Reparar- Serviço de remover, limpar, testar

Reparar- Remover e instalar compressor do ar condicionado

Substituir- Remover suporte do motor

Reparar –Remover e instalar bomba hidráulica

| ITEM  | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | ESPECIFICAÇÃO<br>COMPRAS GOV            | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | QUANTIDADE<br>TOTAL | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL   | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | VIATURA   |
|-------|--------------------------|---|-------------------------|---------------------|-------------------|------------------|-----------------------|---|
| 1     | 3565                     | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. | 1                       | 1                   | R\$<br>17.985,00  | R\$<br>17.985,00 | 126721                | Chevrolet/Trailblazer LT , ano/modelo 2022 /2022, placas BSZ8H23, prefixo E-13235; Patrimônio: 222004967; CHASSI: 9BG156FK0NC446235 |
| 2     | 3565                     | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. | 1                       | 1                   | R\$<br>12.273,82  | R\$<br>12.273,82 | 126721                | Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2018 /2019, placas EXW-4811, prefixo E-13211; Chassi 9BG156FK0KCA28120 , Patrimonio 218043136  |
| 3     | 3565                     | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. | 1                       | 1                   | R\$<br>12.218,50  | R\$<br>12.218,50 | 126721                | Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2019 /2020, placas EJX-3414, prefixo E-13111; Chassi 9BG156FK0LC405029 , patrimônio 219002792  |
| 4     | 3565                     | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. | 1                       | 1                   | R\$<br>14.527,00  | R\$<br>14.527,00 | 126721                | Chevrolet/Trailblazer LTZ D4A, ano/modelo 2021/2022, placa-CUM4J53, prefixo E-13129; Chassi 9BG156FK0NC414243 , patrimônio221036118 |
| TOTAL |                          |   | 4                       | 4                   | R\$<br>57.004,32  | R\$<br>57.004,32 | 126721 -BEC           |   |

1.1.1. em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste instrumento (TR).

1.1.2. este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. o objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.1.4. os serviços objeto desta contratação não se enquadram como **serviços especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 40 dias contados da assinatura do contrato/emissão de empenho.

1.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**1.4. Subcontratação**

1.4.1 é admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato, para o transporte do veículo oficial na retirada e entrega, ficando responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

1.4.2. na hipótese de haver a subcontratação para o serviço de transporte dos veículos, a contratada deve remeter ao contratante, antecipadamente, por meio de seu representante, documento formal contendo a delegação para realização da atividade, os dados da empresa autorizada, bem como os do responsável a que se fará presente na retirada e entrega dos veículos.

**2. Fundamentação da contratação**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos tem por objetivo a manutenção corretiva das viaturas E-13235, E- 13211, E- 13111 e E- 13129 encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnicos Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

**3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. Requisitos da contratação**

**4.. Sustentabilidade**

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos Estudos Técnicos Preliminares, nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Edital como requisito previsto em Lei Especial, bem como Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, disponibilizado pela Consultoria Geral da União e no site da AGU.

**4.2. Indicação de marcas ou modelos**

4.2.1. na presente contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar conforme indicados pelo fabricante para o correto encaixe de peças e funcionamento do veículo nos termos do art. 41, Inc. I da Lei 14.133 de 2021.

**4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.4.Vistoria**

4.4.1. não há obrigatoriedade de realização de avaliação prévia dos veículos objetos de execução dos serviços, tendo esta caráter facultativo.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. o início da execução do objeto deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos a partir da assinatura do contrato, ou da emissão da Nota de Empenho, limitando-se o período de 40 (quarenta) dias para execução total do objeto contratado.

5.1.2. a CONTRATADA deverá cumprir tudo o que diz respeito às normas de segurança do trabalho, obedecendo as Normas Regulamentadoras, Leis Complementares, Portarias, Decretos e também as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil.

5.2. Os materiais empregados e a execução dos serviços deverão obedecer:

5.2.1. às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos, incluindo todas as descrições técnicas incluídas nos manuais de instalação e operação;

5.2.2. às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do Termo de Referência;

5.2.3. às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a:

5.2.4. às normas técnicas específicas, se houver.

### **5.3. Local da prestação dos serviços**

5.3.1. os veículos deverão ser retirados e entregues na Avenida Rodrigues Alves, nº 38-118, bairro Vila Cardia, na cidade de Bauru. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas a esse processo de retirada e entrega, incluindo, mas não se limitando, a custos de transporte, logística, segurança e quaisquer outras despesas necessárias para o cumprimento desta obrigação.

### **5.4. Materiais a serem disponibilizados**

5.4.1. para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, objeto deste termo de referência.

### **5.5. Especificação da garantia do serviço**

5.5.1. o prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de 03 (três) meses contados a partir da emissão da nota fiscal.

### **5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.6. Preposto**

6.6.1. O contratado designará formalmente seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **6.7. Fiscalização**

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117).

## **6.8. Fiscalização Técnica**

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.8.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.8.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.8.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II)

## **6.9. Fiscalização Administrativa**

6.9.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.9.3. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6.10 .Gestor do contrato**

6.10.1. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10.2. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesas e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento de despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.10.3. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023 art16, VIII).

6.10.5. O gestor do contato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.16 VII e paragrafo único).

6.10.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o termo de vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se contate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida;

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

### 7.2. Do recebimento

7.2.1. Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#), e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5.1. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará o fiscal técnico do contrato deverá apurar o das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### 8.1.1.Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO.

#### 8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será por preço global.

#### 8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8. que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### 8.4.Habilitação Jurídica

8.4.1. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade Empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.11. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital ; nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considerado isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **8.19. Qualificação Econômico-Financeira**

8.19.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

#### **8.21. Qualificação Técnica**

8.21.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.21.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

#### **8.22. Outras comprovações**

8.22.1. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 57.004,32

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 57.004,32 (cinquenta e sete mil, quatro reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela própria. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta UASG 180159.

10.1.1. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001/180159

II) Fonte de Recurso: Tesouro

III) Programa de Trabalho: 180422

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: 007.008.0209

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JESSICA IVONICE CARDOSO FERREIRA**

Sd Pm - Aux Log



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 15:30:03.*

**EZEQUIEL CORREA PIMENTEL JUNIOR**

Ten PM



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 15:29:17.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

## Estudo Técnico Preliminar 22/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: SEI - 057.00103499/2026-80

### 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço não contínuo através de empresa especializada para manutenção da viatura abaixo relacionada, o qual atendem inúmeras demandas em cumprimento das missões de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública dentro da área do 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior:

2.1.1. Veículo GM/Trailblazer 2.8 LT Diesel 4x4, ano/modelo 2021/2022, placas FCW6E83, chassi nº 9BG156FKOPC402860, patrimônio nº 222001834, prefixo **I-04011**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.2. Veículo GM/Spin 1.8L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GCE-8J51, chassi nº 9BGJP7520NB176100, patrimônio nº 222010161, prefixo **I-04308**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.3. Veículo GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas FQY-0I81, chassi Nº 9BGJP7520NB176871, patrimônio Nº 222010168, prefixo **I-04600**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.4. Veículo GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GDF-2D15, chassi Nº 9BGJP7520NB177425, patrimônio Nº 222010170, prefixo **I-04608**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.5. Veículo CHEV/SPIN 18L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas FLR-7J52-, chassi nº 9BGJP7520NB177208, patrimônio nº 222010162, prefixo **I-04400**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.6. Veículo CHEV/SPIN 18L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas GEG-8H52, chassi nº 9BGJP7520PB179302, patrimônio nº 222082530, prefixo **I-04411**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.7. Veículo RENAULT/DUSTER 16 4X2, ano/modelo 2021/2022, placas GJA-9J15, chassi nº 93YHJD202NJ114250, patrimônio nº 221039368, prefixo **I-04416**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

2.1.8. Veículo RENAULT/DUSTER 16 E 4X2, ano/modelo 2020/2020, placas BYB-4D09, chassi nº 93YHJD208MJ449009, patrimônio nº 220046509, prefixo **I-04418**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante                | Responsável                                  |
|----------------------------------|--|
| Setor de Logística do 4ºBPM/I    | 1º Ten PM Rodrigo Machado Scigliano          |
| Administração da 3ª Companhia PM | 1ºTen PM Diego do Nascimento Garcia          |
| Administração da 4ª Companhia PM | 1ºTen PM Diego Massumi Kato Cassiano de Lara |
| Administração da 6ª Companhia PM | 1ºTen PM Vinicius Rodrigues Martins          |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço deverá ser executado com o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças originais (ABNT NBR 15296:2005), conforme consta no Termo de Referência, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

4.2. A empresa vencedora deverá demonstrar comprovação de regularidade dos seguintes documentos:

- Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e CNEP;
- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

4.3. É responsabilidade da licitante vencedora a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo no transporte do veículo oficial, contudo, o fornecedor será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.5. A contratada deverá ter equipe técnica compatível com a prestação dos serviços ora demandados e, caso seja necessário, deverá apresentar à contratante o comprobatório da participação da equipe em treinamentos sobre Normas de Segurança, conforme exigência da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, para a consecução de sua atividade.

4.6. O transporte dos veículos oficiais, tanto para a retirada quanto para a devolução após a manutenção, será realizado e custeado pela contratada. A retirada e entrega deverá ser feita:

4.6.1 Viatura de prefixo **I-04011**, na sede da 4º Batalhão de Polícia Militar do Interior, sito Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 3-165, Núcleo Habitacional Presidente Geisel, CEP: 17033-360, Bauru/SP;

4.6.2 Viatura de prefixo **I-0308**, na base do 1ºGrupamento da 3ªCia PM, sito Rua Nair de Carvalho Timachi, nº 5, Vila Soares, CEP: 17490-112, Piratininga/SP;

4.6.3 Viaturas de prefixo **I-4600 e I-4608**, na sede da 6ª Companhia de Polícia Militar, situada à Rua Benjamim Monteiro, Nº O-697, Jardim Alvorada, Pederneiras/SP;

4.6.4 Viaturas de prefixo **I-4400, I-4411, I-4416 e I-4418**, na sede da 4ª Companhia de Polícia Militar do 4º Batalhão de Caçadores, sito Travessa Francisco Cavallare Scipelitti 1-75 Jardim Cecap , CEP 17032-301, Bauru/SP;

4.7. O fornecedor deverá utilizar caminhão guincho, do tipo plataforma ou lança (o que for mais adequado a preservar os veículos e conforme disponibilidade e conveniência do fornecedor), o qual deverá obedecer todas as regras de segurança, estar de acordo com as normas de trânsito e as normas técnicas vigentes.

4.8. Esse serviço poderá ser terceirizado pelo fornecedor, contudo, este será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.9. Na retirada dos veículos oficiais o fornecedor deverá elaborar check-list sobre as condições dos veículos e dos equipamentos que estão em seu interior, entregando cópia ao Chefe da Logística do 4ºBPM/I ou ao PM determinado por ele através de delegação.

4.10. A empresa contratada, após a retirada do veículo oficial, deverá garantir que, durante a realização do serviço de manutenção, a viatura não permaneça estacionada na parte externa da oficina a uma distância superior a 03 metros. Além disso, em nenhuma hipótese, o veículo poderá ser deixado na via pública durante a noite.

4.11. A Contratada deverá comparecer, sempre que solicitado pelo Contratante, ao local designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para análise e solução de eventuais ocorrências, salvo em situações emergenciais de pronto atendimento.

4.12. A Contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus colaboradores quando da execução dos serviços.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para o atingimento dos objetivos da presente demanda, no que se refere ao levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, não sendo observado complexidades que justificassem a realização de audiência pública para coleta de soluções, com intuito de se preservar a relação de custo-benefício.

5.2. Visando dar cumprimento ao contido no Artigo 18, §1º, inciso V, da lei 14.133, de 1º de abril de 2021, foi realizada pesquisa no mercado local, onde verificamos que a solução mais adotada por oficinas é a manutenção dos veículos com o fornecimento total de peças e mão de obra, o que propicia a garantia total do serviço, tendo em vista que todo o serviço é efetuado por uma só empresa, assumindo assim a garantia total dos serviços prestados.

5.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução como um todo envolve a realização de serviços de fornecimento de manutenção veicular, conforme discriminado no Termo de Referência, abrangendo mão de obra e aplicação de peças originais ou genuínas, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A quantidade a ser contratada refere-se à substituição das peças especificadas no Termo de Referência, bem como à mão de obra correspondente e aos demais serviços nele previstos, destinados aos veículos:

7.1.1. Veículo GM/Trailblazer 2.8 LT Diesel 4x4, ano/modelo 2021/2022, placas FCW6E83, chassi nº 9BG156FKOPC402860, patrimônio nº 222001834, prefixo **I-04011**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.2. Veículo GM/Spin 1.8L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GCE-8J51, chassi nº 9BGJP7520NB176100, patrimônio nº 222010161, prefixo **I-04308**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.3. Veículo GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas FQY-0I81, chassi Nº 9BGJP7520NB176871, patrimônio Nº 222010168, prefixo **I-04600**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.4. Veículo GM/SPIN 18L AT Premier, ano/modelo 2022/2022, placas GDF-2D15, chassi Nº 9BGJP7520NB177425, patrimônio Nº 222010170, prefixo **I-04608**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

7.1.5. Veículo CHEV/SPIN 18L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas FLR-7J52-, chassi nº 9BGJP7520NB177208, patrimônio nº222010162, prefixo **I-04400**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.6. Veículo CHEV/SPIN 18L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2022, placas GEG-8H52, chassi nº 9BGJP7520PB179302, patrimônio nº222082530, prefixo **I-04411**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.7. Veículo RENAULT/DUSTER 16 4X2, ano/modelo 2021/2022, placas GJA-9J15, chassi nº 93YHJD202NJ114250, patrimônio nº221039368, prefixo **I-04416**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

7.1.8. Veículo RENAULT/DUSTER 16 E 4X2, ano/modelo 2020/2020, placas BYB-4D09, chassi nº 93YHJD208MJ449009, patrimônio nº220046509, prefixo **I-04418**, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 154.158,85

8.1. A estimativa de valor total para contratação é de R\$ 154.158,85 (Cento e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e oito Reais e oitenta e cinco centavos.), conforme discriminado no item 5, deste Estudo Técnico Preliminar, apontado no Levantamento de Mercado.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A contratação do serviço sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da administração, por tratar-se de serviço de manutenção e reparo, o parcelamento da solução com a contratação de fornecedores distintos para serviços e peças inviabiliza a execução das atividades, visto que não é técnica e economicamente vantajosa, conforme as seguintes razões: dificulta a logística da execução contratual, já que o prestador do serviço ficará à mercê da disponibilização das peças por terceiros; impede que o prestador do serviço garanta a efetividade do serviço por desconhecer a origem e qualidade das peças que serão utilizadas.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A demanda encontra amparo no Plano de Contratação Anual 2026, conforme item 2.2. do Termo de Referência.



## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Além da disponibilidade para deslocamento eficiente, rápido e seguro dos policiais militares, a manutenção adequada das viaturas traz diversos benefícios para o patrulhamento ostensivo, viaturas em boas condições permitem que os policiais cheguem mais rapidamente a ocorrências emergenciais, reduzindo o tempo de atendimento e aumentando a eficácia das ações, a manutenção regular evita panes inesperadas, garantindo que os veículos estejam sempre operacionais e reduzindo custos com reparos emergenciais, veículos bem conservados oferecem mais segurança aos agentes durante deslocamentos em alta velocidade e acompanhamentos, além de protegerem a população em operações policiais, viaturas em funcionamento contínuo permitem maior circulação nas áreas de patrulhamento, inibindo a criminalidade e reforçando a sensação de segurança da comunidade.

12.2. Esses benefícios contribuem diretamente para a eficiência do policiamento ostensivo, tornando as operações mais ágeis, seguras e eficazes. O benefício direto resultante da presente contratação será que a realização da manutenção propiciará na disponibilidade dos veículos para o deslocamento eficiente, rápido e seguro dos policiais militares da área deste Batalhão, nos momentos e locais onde sua presença é essencial, em pronta-resposta às emergências ou em operações policiais.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Tendo em vista que na contratação almejada os serviços serão prestados nas dependências da futura Contratada, não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do Departamento para a execução do serviço procurado.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação referem-se ao descarte das peças, acessórios e lubrificantes que ao serem inutilizados podem gerar a degradação do meio ambiente, constituindo um sério risco para o meio ambiente, por possuírem em sua composição metais pesados que em contato com o solo contaminam lençóis freáticos e quando queimados poluem o ar.

14.2. Além disso, os resíduos desses produtos causam doenças graves em seres humanos e mortandade em várias espécies de animais.

14.3. A fim de minimizar os impactos ambientais, exige-se da contratada adotar na execução dos serviços, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

I – Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adoção medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto no 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável por garantir a segurança, a conservação das viaturas e a continuidade dos serviços, promovendo eficiência e economicidade.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO MACHADO SCIGLIANO**

1ºTen PM - Oficial P4



*Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 08:40:36.*

**FERNANDA HELENA PLANELIS**

Sd PM - Auxiliar de Logística do 4ºBPM/I



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 16:45:19.*

ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

## Estudo Técnico Preliminar 44/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00119866/2026-67

### 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço não contínuo através de empresa especializada para manutenção da viatura abaixo relacionada, o qual atendem inúmeras demandas em cumprimento das missões de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública dentro da área do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior:

2.1.1. Caminhão Ford Cargo 1317, ano/modelo 2006/2006, placa DJP1248, chassi nº 9BFXCE2U96BB71628, patrimônio nº 206019194, prefixo 16-55, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.1.2. Microônibus M. BENZ COMIL PIA O, ano/modelo 2002/2002, placa CDV 4022, chassi nº 9BM6882762B296816, patrimônio nº 20020197, prefixo 7-91, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.1.3 GM SPIN 1.8L AT PREMIER, ano/modelo 2022/2023, placas BQU3G56, chassi nº 9BGJP7520PB179416, patrimônio nº 222082531, prefixo I-09207, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante             | Responsável                             |
|-------------------------------|---|
| Setor de Logística do 9ºBPM/I | 1º Ten PM LUIZ GUSTAVO DA SILVA SANCHES |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço deverá ser executado com o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças originais (ABNT NBR 15296:2005), conforme consta no Termo de Referência, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

4.2. A empresa vencedora deverá demonstrar comprovação de regularidade dos seguintes documentos:

- Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e CNEP;
- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

4.3. É responsabilidade da licitante vencedora a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo no transporte do veículo oficial, contudo, o fornecedor será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.5. A contratada deverá ter equipe técnica compatível com a prestação dos serviços ora demandados e, caso seja necessário, deverá apresentar à contratante o comprobatório da participação da equipe em treinamentos sobre Normas de Segurança, conforme exigência da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, para a consecução de sua atividade.

4.6. O transporte dos veículos oficiais, tanto para a retirada quanto para a devolução após a manutenção, será realizado e custeado pela contratada.

4.6.1. Viatura de prefixo , 16-55 na sede do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº118 – Jardim Vitoria, Marília – SP;

4.6.2. Viatura de prefixo , 7-91 na sede do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº118 – Jardim Vitoria, Marília – SP;

4.6.3. Viatura de prefixo I-09207, na Sede da 2ª Companhia da Polícia Militar, sito na Av Tamoios nº 1670 - I-09207 Centro, Tupã-SP;

4.7. O fornecedor deverá utilizar caminhão guincho, do tipo plataforma ou lança (o que for mais adequado a preservar os veículos e conforme disponibilidade e conveniência do fornecedor), o qual deverá obedecer todas as regras de segurança, estar de acordo com as normas de trânsito e as normas técnicas vigentes.

4.8. Esse serviço poderá ser terceirizado pelo fornecedor, contudo, este será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.9. Na retirada dos veículos oficiais o fornecedor deverá elaborar check-list sobre as condições dos veículos e dos equipamentos que estão em seu interior, entregando cópia ao Chefe da Logística do 9ºBPM/I ou ao PM determinado por ele através de delegação.

4.10. A empresa contratada, após a retirada do veículo oficial, deverá garantir que, durante a realização do serviço de manutenção, a viatura não permaneça estacionada na parte externa da oficina a uma distância superior a 03 metros. Além disso, em nenhuma hipótese, o veículo poderá ser deixado na via pública durante a noite.

4.11. A Contratada deverá comparecer, sempre que solicitado pelo Contratante, ao local designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para análise e solução de eventuais ocorrências, salvo em situações emergenciais de pronto atendimento.

4.12. A Contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus colaboradores quando da execução dos serviços.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para o atingimento dos objetivos da presente demanda, no que se refere ao levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, não sendo observado complexidades que justificassem a realização de audiência pública para coleta de soluções, com intuito de se preservar a relação de custo-benefício.

5.2. Visando dar cumprimento ao contido no Artigo 18, §1º, inciso V, da lei 14.133, de 1º de abril de 2021, foi realizada pesquisa no mercado local, onde verificamos que a solução mais adotada por oficinas é a manutenção dos veículos com o fornecimento total de peças e mão de obra, o que propicia a garantia total do serviço, tendo em vista que todo o serviço é efetuado por uma só empresa, assumindo assim a garantia total dos serviços prestados.

5.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução como um todo envolve a realização de serviços de manutenção e fornecimento de peças veicular, conforme discriminado no Termo de Referência, abrangendo mão de obra e aplicação de peças originais ou genuínas, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A quantidade a ser contratada é de substituição de peças descritas no Termo de Referência para os Veículos FORD CARGO 1317, ano/modelo 2006/2006, placas DJP 1248, chassi nº 9BFXCE2U96BB71628, patrimônio nº 206019194-D, prefixo 16-55, veículo M.BENZ COMIL PIA O, ano/modelo 2002/2002, placas CDV4022, chassi nº 9BM6882762B296816, patrimônio nº 20020197, prefixo 7-91 e veículo GM SPIN 1.8L AT PREMIER, ano/modelo 2022 /2023, placas BQU3G56, chassi nº 9BGJP7520PB179416, patrimônio nº 222082531, prefixo I-09207, além de mão de obra pertinente e outras contidas no Termo de Referência.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 95.233,43

8.1. A estimativa de valor total para contratação é de R\$ 95.233,43 (noventa e cinco mil duzentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos ), conforme discriminado no item 5, deste Estudo Técnico Preliminar, apontado no Levantamento de Mercado.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A contratação do serviço sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da administração, por tratar-se de serviço de manutenção e reparo, o parcelamento da solução com a contratação de fornecedores distintos para serviços e peças inviabiliza a execução das atividades, visto que não é técnica e economicamente vantajosa, conforme as seguintes razões: dificulta a logística da execução contratual, já que o prestador do serviço ficará à mercê da disponibilização das peças por terceiros; impede que o prestador do serviço garanta a efetividade do serviço por desconhecer a origem e qualidade das peças que serão utilizadas.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A demanda não está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, conforme item 2.2. do Termo de Referência.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Além da disponibilidade para deslocamento eficiente, rápido e seguro dos policiais militares, a manutenção adequada das viaturas traz diversos benefícios para o patrulhamento ostensivo, viaturas em boas condições permitem que os policiais cheguem mais rapidamente a ocorrências emergenciais, reduzindo o tempo de atendimento e aumentando a eficácia das ações, a manutenção regular evita panes inesperadas, garantindo que os veículos estejam sempre operacionais e reduzindo custos com reparos emergenciais, veículos bem conservados oferecem mais segurança aos agentes durante deslocamentos em alta velocidade e perseguições, além de protegerem a população em operações policiais, viaturas em funcionamento contínuo permitem maior circulação nas áreas de patrulhamento, inibindo a criminalidade e reforçando a sensação de segurança da comunidade.

12.2. Esses benefícios contribuem diretamente para a eficiência do policiamento ostensivo, tornando as operações mais ágeis, seguras e eficazes. O benefício direto resultante da presente contratação será que a realização da manutenção propiciará na disponibilidade dos veículos para o deslocamento eficiente, rápido e seguro dos policiais militares da área do 9º BPM/I, nos momentos e locais onde sua presença é essencial, em pronta-resposta às emergências ou em operações policiais.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Tendo em vista que na contratação almejada os serviços serão prestados nas dependências da futura Contratada, não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do Departamento para a execução do serviço procurado.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação referem-se ao descarte das peças, acessórios e lubrificantes que ao serem inutilizados podem gerar a degradação do meio ambiente, constituindo um sério risco para o meio ambiente, por possuírem em sua composição metais pesados que em contato com o solo contaminam lençóis freáticos e quando queimados poluem o ar.

14.2. Além disso, os resíduos desses produtos causam doenças graves em seres humanos e mortandade em várias espécies de animais.

14.3. A fim de minimizar os impactos ambientais, exige-se da contratada adotar na execução dos serviços, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

I – Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adoção medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto no 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre

resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

è viável tendo em vista o proto emprego da cavalaria, e deslocamento do efetivo quando necessário e a viatura para ser utilizada no policiamento da area da 2ªCia PM

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ GUSTAVO DA SILVA SANCHES**

Chefe P/4

**ALEX FRANCO DO NASCIMENTO**

Aux Materiais



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 10:43:18.*

## ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

# Estudo Técnico Preliminar 16/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00048304/2026-21

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço não contínuo, por meio de empresa especializada, para manutenção das viaturas abaixo relacionadas, as quais atendem inúmeras demandas de atividades de patrulhamento/ações especiais de polícia, operações táticas e intervenções de natureza crítica que exigem pronta resposta:

2.1.1. veículo marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2022/2022, placas BSZ8H23, chassi nº 9BG156FK0NC446235, patrimônio nº 222004967, prefixo E-13235,

2.1.2. veículo marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2019/2020, placas EJX-3414, prefixo E-13-111; Chassi 9BG156FK0LC405029 , patrimônio 219002792

2.1.3.veículo marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LTZ D4A, ano/modelo 2021/2022, placa- CUM4J53, prefixo E-13-129; Chassi 9BG156FK0NC414243 , patrimônio221036118

2.1.4. veículo marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2018/2019 , placas EXW4811, chassi nº 9BG156FK0KC428120, patrimônio nº 218043136, prefixo E-13211, de propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo por depositário o Comando de Policiamento do Interior-4.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante   | Responsável                |
|---------------------|----------------------------|
| Comando do 13º BAEP | Major PM Rodrigo de Angelo |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O serviço deverá ser executado com o fornecimento de mão de obra e aplicação de peças originais (ABNT NBR 15296:2005), conforme consta no Termo de Referência, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

4.2. A empresa vencedora deverá demonstrar comprovação de regularidade dos seguintes documentos:

- Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e CNEP;
- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

4.3. É responsabilidade da licitante vencedora a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, às especificações técnicas e obrigações contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.



4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo no transporte do veículo oficial. Contudo, o fornecedor será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.5. A contratada deverá ter equipe técnica compatível com a prestação dos serviços ora demandados e, caso seja necessário, deverá apresentar à contratante o comprovatório da participação da equipe em treinamentos sobre Normas de Segurança, conforme exigência da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, para a consecução de sua atividade.

4.6. O transporte do veículo oficial, tanto para a retirada quanto para a devolução após a manutenção, será realizado e custeado pela contratada. A retirada e entrega deverá ser feita na sede do 13º BAEP sito Avenida Rodrigues Alves, 38-118 - Vila Cardia, Bauru/SP.

4.7. O fornecedor deverá utilizar caminhão guincho, do tipo plataforma, o qual deverá obedecer todas as regras de segurança, estar de acordo com as normas de trânsito e as normas técnicas vigentes.

4.7.1. Esse serviço poderá ser terceirizado pelo fornecedor, no entanto, este será o responsável por eventuais danos e perdas eventualmente provocados nos veículos oficiais e no patrimônio de terceiros.

4.8. Na retirada dos veículos oficiais o fornecedor deverá elaborar check-list sobre as condições dos veículos e dos equipamentos que estão em seu interior, entregando cópia ao Chefe do Setor Motomec ou ao PM determinado por ele através de delegação.

4.9. A Contratada deverá comparecer, sempre que solicitado pelo Contratante, ao local designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para análise e solução de eventuais ocorrências, salvo em situações emergenciais de pronto atendimento.

4.10. A Contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus colaboradores quando da execução dos serviços.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para o atingimento dos objetivos da presente demanda, no que se refere ao levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, não sendo observado complexidades que justificassem a realização de audiência pública para coleta de soluções, com intuito de se preservar a relação de custo-benefício.

5.2. Visando dar cumprimento ao contido no Artigo 18, §1º, inciso V, da lei 14.133, de 1º de abril de 2021, foi realizada pesquisa no mercado local, onde verificamos que a solução mais adotada por oficinas é a manutenção dos veículos com o fornecimento total de peças e mão de obra, o que propicia a garantia total do serviço, tendo em vista que todo o serviço é efetuado por uma só empresa, assumindo assim a garantia total dos serviços prestados.

5.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta compreende a prestação integrada de serviços de manutenção veicular, conforme detalhado no Termo de Referência, contemplando tanto a execução da mão de obra especializada quanto o fornecimento e a aplicação de peças originais ou genuínas. O objetivo é assegurar o pleno funcionamento, a segurança, a confiabilidade e a durabilidade da viatura, por meio de intervenções preventivas e corretivas realizadas com padrões técnicos adequados e equipamentos apropriados.

6.2. Todos os serviços deverão observar rigorosamente as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como os Códigos, Leis, Decretos, Portarias e demais Normas Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis, além das diretrizes estabelecidas pelas concessionárias de serviços públicos e fabricantes. Dessa forma, garante-se a conformidade legal, a qualidade dos serviços executados e a preservação das condições operacionais e de segurança do veículo.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A quantidade a ser contratada para substituição de peças dos de 04 (quatro) veículos oficiais, como se segue: marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2022/2022, placas BSZ8H23, chassi nº 9BG156FK0NC446235, patrimônio nº 222004967, prefixo E-13235; marca/modelo Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2018/2019, placas EXW4811, chassi nº 9BG156FK0KC428120, patrimônio nº 218043136, prefixo E-13211; Chevrolet/Trailblazer LT, ano/modelo 2019/2020, placas EJX-3414, prefixo E-13-111; Chassi 9BG156FK0LC405029, patrimônio 219002792 e Chevrolet/Trailblazer LTZ D4A, ano/modelo 2021/2022, placas CUM4J53, prefixo E-13-129; Chassi 9BG156FK0NC414243, patrimônio 221036118, além de mão de obra pertinente e outras questões que estão contidas no Termo de Referência.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 57.004,32

A estimativa de valor para contratação é de R\$ 57.004,32 (cinquenta e sete mil, quatro reais e trinta e dois centavos), conforme consta na pesquisa de preço do sistema Compras.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação do serviço, sem parcelamento, é a opção que melhor atende aos interesses e necessidades da administração, especialmente por se tratar de serviço de manutenção e reparo. O parcelamento da solução, com a contratação de fornecedores distintos para serviços e fornecimento de peças, inviabiliza a execução das atividades, pois não é vantajoso do ponto de vista técnico e econômico, pelos seguintes motivos:

- Dificulta a logística da execução contratual, uma vez que o prestador do serviço ficará dependente da disponibilidade das peças fornecidas por terceiros;
- Impede que o prestador do serviço garanta a qualidade e efetividade do reparo, já que ele não terá controle sobre a origem e qualidade das peças utilizadas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. a Polícia Militar do Estado de São Paulo possui Plano de Contratações Anual, conforme previsto no artigo único da Disposição Transitória do Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O benefício direto, resultante da presente contratação, será a realização da manutenção, que propiciará maior disponibilidade dos veículos para o deslocamento eficiente, rápido e seguro dos policiais militares da região deste Comando. Isso garantirá a presença dos policiais nos momentos e locais em que sua atuação é essencial, permitindo pronta-resposta às emergências e operações policiais. Além disso, assegurará a locomoção dos policiais militares que estejam frequentando o Curso Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, durante os estágios e operações policial-militares, sempre zelando pela preservação da vida e da integridade física dos ocupantes.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. tendo em vista que na contratação almejada os serviços serão prestados nas dependências da futura Contratada, não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do Departamento para a execução do serviço procurado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação referem-se ao descarte das peças, acessórios e lubrificantes que ao serem inutilizados podem gerar a degradação do meio ambiente, constituindo um sério risco para o meio ambiente, por possuírem em sua composição metais pesados que em contato com o solo contaminam lençóis freáticos e quando queimados poluem o ar.

14.1.2. Além disso, os resíduos desses produtos causam doenças graves em seres humanos e mortandade em várias espécies de animais.

14.2. a fim de minimizar os impactos ambientais, exige-se da contratada adotar na execução dos serviços, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

I – Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adoção medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto no 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

É extremamente necessária a contratação de empresa especializada para manutenção de viaturas, as quais atendem inúmeras demandas de atividades de patrulhamento, ações especiais, operações táticas e intervenções de natureza crítica, que exigem pronta resposta, sendo imperioso a manutenção dos veículos oficiais, permanecendo estes em perfeitas e seguras condições de emprego.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JESSICA IVONICE CARDOSO FERREIRA**

Sd Pm -Aux Log



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 11:15:42.

**EZEQUIEL CORREA PIMENTEL JUNIOR**

1º Ten PM



Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 10:01:53.



ESP-COMANDO POLIC.INT.-4 BAURU

# Estudo Técnico Preliminar 37/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00108664/2026-90

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de consertos nos câmbios automáticos das viaturas da Polícia Militar do 27º BPM/I, está diretamente relacionada ao uso intenso, às condições severas de operação e à exigência constante de alto desempenho desses veículos.

2.2. As viaturas policiais operam em regime diferenciado, com:

2.2.1. frenagens constantes; uso frequente em trânsito urbano pesado;

2.2.1.2. Longos períodos de funcionamento contínuo;

2.2.1.3. Operação em vias irregulares ou não pavimentadas.

2.3. Esse padrão de utilização provoca desgaste acelerado dos componentes do câmbio automático, como:

2.3.1. Conversor de torque;

2.3.1.1. Corpo de válvulas;

2.3.1.2. Solenoides;

2.3.1.3. Discos de embreagem internos;

2.3.1.4. Sistema hidráulico;

2.3.1.4.5. Módulo eletrônico de controle;

2.4. Quando o câmbio apresenta falhas — como trancos, demora nas trocas de marcha, superaquecimento, perda de força ou ruídos anormais — há comprometimento direto da eficiência operacional da viatura.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante  | Responsável                       |
|--------------------|-----------------------------------|
| Setor de Materiais | 2º Ten PM Neveton Francisco Galli |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários para garantir a adequada manutenção e recuperação dos sistemas de transmissão automática das viaturas da Polícia Militar do 27º BPM/I, assegurando confiabilidade, segurança e continuidade do serviço público.

### 4.2. Requisitos Técnicos

4.2.1. A empresa contratada deverá:

4.2.1.1. Possuir especialização comprovada em manutenção e reparo de câmbios automáticos leves e utilitários;

- 4.2.1.2. Apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação;
- 4.2.1.3. Dispor de equipe técnica qualificada, com comprovação de capacitação na área de transmissões automáticas;
- 4.2.1.4. Utilizar equipamentos adequados para diagnóstico eletrônico, desmontagem, reparo e testes;
- 4.2.1.5. Empregar peças novas, originais ou de qualidade equivalente certificada;
- 4.2.1.6. Realizar diagnóstico técnico detalhado antes da execução do serviço;
- 4.2.1.7. Executar testes práticos após o reparo, garantindo o pleno funcionamento do sistema.

### **4.3 Requisitos Operacionais**

- 4.3.1. A contratada deverá:
  - 4.3.1.2 Garantir prazo de atendimento compatível com a urgência do serviço público;
  - 4.3.1.3. Disponibilizar estrutura física adequada para execução dos serviços;
  - 4.3.1.4.. Fornecer garantia mínima dos serviços e das peças substituídas;
  - 4.3.1.5. Apresentar relatório técnico detalhado dos serviços realizados;
  - 4.3.1.6. Manter sigilo quanto às características e dados das viaturas policiais.

### **4.4. Requisitos de Qualidade**

- 4.4.1. Os serviços deverão:
  - 4.4.1.2. Atender às especificações técnicas do fabricante do veículo;
  - 4.4.1.3. Observar normas técnicas aplicáveis ao setor automotivo;
  - 4.4.1.4. Garantir pleno restabelecimento da funcionalidade do câmbio automático;
  - 4.4.1.5. Assegurar durabilidade e confiabilidade após o reparo.

### **4.5. Requisitos Administrativos e Legais**

- 4.5.1. A empresa deverá:
  - 4.5.1.1. Estar regularmente constituída e em situação fiscal regular;
  - 4.5.1.2. Comprovar inscrição nos órgãos competentes;
  - 4.5.1.3. Cumprir as exigências previstas na legislação vigente aplicável às contratações públicas;
  - 4.5.1.4. Atender às normas de segurança do trabalho e ambientais.

### **4.6. Sustentabilidade e Boas Práticas**

- 4.6.1. Sempre que possível, a contratada deverá:
  - 4.6.1.2. Realizar descarte ambientalmente adequado de fluidos e peças substituídas;
  - 4.6.1.3. Adotar práticas de redução de desperdícios;
  - 4.6.1.4. Cumprir normas ambientais aplicáveis.

## **5. Levantamento de Mercado**

- 5.1. A pesquisa de preços referente as aquisições dos equipamentos solicitados foi realizada nas oficinas da nossa região, onde a metodologia utilizada para a obtenção do valor de referência foi o valor medio.

- 5.2. Os preços levantados indicam que os itens necessários estão disponíveis no mercado com valores compatíveis ao orçamento estimado da Administração;
- 5.3. O preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média/mediana obtida na pesquisa mercadológica.UASG 180159

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução proposta contempla a execução de um serviço técnico completo e especializado para o sistema de câmbio automático do veículo oficial, visando restaurar sua funcionalidade plena, garantir a segurança operacional e prolongar a vida útil do componente.
- 6.1.1. O processo inicia-se com a **abertura do câmbio automático**, que envolve a desmontagem cuidadosa do conjunto para permitir o acesso aos componentes internos. Em seguida, será realizado o **diagnóstico detalhado**, utilizando equipamentos eletrônicos de última geração e inspeção visual minuciosa para identificar desgastes, avarias, falhas mecânicas ou eletrônicas que possam comprometer o desempenho do câmbio.
- 6.1.1.1. Além disso, a solução inclui a elaboração de um relatório técnico detalhado que documenta todo o procedimento, diagnóstico, reparos realizados e recomendações para a manutenção preventiva futura. O serviço será realizado por profissionais qualificados, com garantia mínima para assegurar a confiabilidade da intervenção.
- 6.1.1.2. Essa abordagem integrada assegura a recuperação eficaz do câmbio automático, minimizando riscos de falhas futuras, otimizando o desempenho do veículo oficial e garantindo a continuidade das atividades institucionais que dependem do seu uso.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A descrição, bem como o respectivo quantitativo a ser contratado está descrito conforme tabela abaixo:

| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | MEDIDA | QUANT | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL  |
|---|-----------|---------|--------|-------|----------------|--------------|
| 1   | 126721    | 3565    | un     | 1     | R\$ 37.630,00  | R\$37.630,00 |
| Informações do veículo:   |           |         |        |       |                |              |
| FORD/RANGER XLT, motor 3.2 ano 2022/2023, placa GCO7A23, chassi nº 8AFAR23S1PJ301103, patrimônio nº 222039511, (prefixo I-27-250  |           |         |        |       |                |              |
| Peças   |           |         |        |       |                |              |
| 01 (um) caixa de cambio completa ( código da montadora )<br>12 (doze) litros de óleo MOTORCRAFT ATF MERCON LV especificação WSSM2C938-A   |           |         |        |       |                |              |
| Serviços  |           |         |        |       |                |              |
| Mão de obra substituir remoção e instalação do câmbio<br>Verificação ajustes e correção de erros no sistema;<br>Modulo controle do veiculo;<br>Verificação falhas no funcionamento do veículo<br>Verificação necessidade de substituição de outras peças pormenores         |           |         |        |       |                |              |
| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | MEDIDA | QUANT | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL  |
| 2   | 126721    | 3565    | un     | 1     | R\$ 13.926,00  | R\$13.926,00 |
| Informações do veículo:   |           |         |        |       |                |              |
| GM/Spin, 2022/2022, placa FCI6D44, chassi nº 9BGJP7520NB176654, patrimônio nº 222010197-B, prefixo I-27-208   |           |         |        |       |                |              |
| Peças:  |           |         |        |       |                |              |
| 01 (um) jogo de disco composite câmbio (código da montadora 059643)<br>01 (um) filtro de óleo (código da montadora 005721)<br>01 (um) Jogo de juntas de vedação de retentores (código da montadora 075298)<br>01 (uma) bomba de óleo do câmbio (código da montadora 059644) |           |         |        |       |                |              |

|   |           |         |        |       |                |              |
|---|-----------|---------|--------|-------|----------------|--------------|
| 12 (doze) litros de óleos de câmbio dextron VI modelo do cambio 6T31<br>01 (um) conversor torque ( código da montadora 24231040)<br>01 (um) Kit de engrenagem (polia e corrente)  |           |         |        |       |                |              |
| Serviços:   |           |         |        |       |                |              |
| Verificar a troca do corpo da válvula;<br>Verificar a troca modulo de controle transmissão;<br>Verificar a troca das válvulas solenoides;<br>Remover e instalar caixa de câmbio/ verificação substituição peças pormenores;<br>Substituição peças e ajustes na caixa de câmbio.   |           |         |        |       |                |              |
| ITEM  | SIAFISICO | COMPRAS | MEDIDA | QUANT | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL  |
| 3   | 126721    | 3565    | Un     | 1     | R\$ 14.146,00  | R\$14.146,00 |
| Informações do veículo:   |           |         |        |       |                |              |
| GM/Spin, 2022/2023, placa BQN-3I51 chassi nº 9BGJP7520PB171917, patrimônio nº 222082765-J ,<br>prefixo I-27-311   |           |         |        |       |                |              |
| Peças:  |           |         |        |       |                |              |
| 01 (um) jogo de disco composite câmbio (código da montadora 059643)<br>01 (um) filtro de óleo (código da montadora 005721)<br>01 (um) Jogo de juntas de vedação de retentores (código da montadora 075298)<br>01 (uma) bomba de óleo do câmbio (código da montadora 059644)<br>12 (doze) litros de óleos de câmbio dextron VI modelo do cambio 6T31<br>01 (um) conversor torque ( código da montadora 24231040)<br>01 (um) Kit de engrenagem (polia e corrente) |           |         |        |       |                |              |
| Serviços:   |           |         |        |       |                |              |
| Verificar a troca do corpo da válvula;<br>Verificar a troca modulo de controle transmissão;<br>Verificar a troca das válvulas solenoides;<br>Remover e instalar caixa de câmbio/ verificação substituição peças pormenores;<br>Substituição peças e ajustes na caixa de câmbio.   |           |         |        |       |                |              |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 65.702,00

8.1. A estimativa de quantidade e de valores da contratação prevista no campo V, com a descrição sucinta dos objetos, cujo valor estimado é de R\$ 65.702,00(sessenta e cinco mil setecentos e dois reais) para o exercício de 2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não há.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantia da Segurança Operacional: A correta manutenção do câmbio automático evita falhas inesperadas durante o uso, garantindo a segurança dos ocupantes do veículo oficial.

12.1.1. Melhoria no Desempenho do Veículo: O diagnóstico preciso e a substituição de peças desgastadas promovem o funcionamento adequado do câmbio, resultando em trocas de marcha suaves e maior eficiência na condução.

12.1.2. Redução de Custos com Reparos Futuros: A intervenção preventiva minimiza a possibilidade de avarias graves e despesas mais elevadas com consertos emergenciais.

12.1.3. Aumento da Vida Útil do Câmbio: Serviços realizados por profissionais especializados, com uso de peças e materiais adequados, prolongam a durabilidade do sistema de transmissão.

12.1.4. Continuidade das Atividades Institucionais: Com o veículo em perfeito funcionamento, as operações e serviços oficiais que dependem do transporte são mantidos sem interrupções.

12.1.5. Documentação Técnica: O relatório detalhado possibilita o acompanhamento do histórico de manutenção, facilitando futuras intervenções e controle de custos.

## 13. Possíveis Impactos Ambientais

13.1. Descarte de Óleos e Fluidos Automotivos: O processo de manutenção pode gerar resíduos de óleo do câmbio e outros fluidos contaminados, que, se descartados incorretamente, podem causar poluição do solo e da água.

13.1.1. Resíduos de Peças e Materiais: Peças substituídas, como vedadores, retentores e filtros, geram resíduos sólidos que precisam ser manejados adequadamente para evitar contaminação ambiental.

13.1.2. Consumo de Energia e Recursos: O uso de equipamentos eletrônicos para diagnóstico e ferramentas para desmontagem /montagem consome energia elétrica e outros recursos, impactando o meio ambiente.

13.1.3. Emissões Indiretas: Caso o veículo seja acionado para testes e verificações, pode haver emissão de gases poluentes durante esses procedimentos.

### 13.2. Medidas Mitigadoras Recomendadas

13.2.1. Utilização de recipientes adequados para coleta e armazenamento temporário de óleos e fluidos usados, garantindo o encaminhamento para empresas especializadas em reciclagem ou descarte ambientalmente correto.

13.2.2. Destinação correta dos resíduos sólidos gerados, conforme a legislação ambiental vigente.

13.2.3. Adoção de práticas para redução do consumo energético durante o serviço.

13.2.4. Realização dos testes do veículo em local apropriado e com cuidados para minimizar emissões.

## 14. Providências a serem Adotadas

Não há.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NEVETON FRANCISCO GALLI**

2º Ten PM Ch Seq Mat

**MARCOS JOSE OCON**

Cb PM Aux. Mat.



*Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 12:37:36.*

## ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Minuta de Contrato

Processo Administrativo nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DO **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR QUATRO** E A EMPRESA.

O Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do **Comando de Policiamento do Interior Quatro, sediado na Rua Major Fonseca Osorio, 4-65, Vila Antártica, Bauru/SP, CEP 17013.140, inscrito no CNPJ sob o nº 04.198.514/0009-01**, neste ato representado pelo **Coronel PM XXXXXXXXXXXX, Dirigente da UASG 180159, portador da identificação funcional nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX** no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e a pessoa jurídica, Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrito no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bauru/SP, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Titular Administrador, inscrito no CPF sob o nº 057.00185823/2026-70, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90018/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços....., conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.3. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.4. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.5. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.6. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização. |

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual. |

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1.1. O valor total da contratação é de XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) |

5.1.2. as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas

5.1.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado. |

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreeajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

7.1.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a

*aplicação, pelo Contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumido), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

*7.1.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

*7.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

*7.1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

*7.1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

*7.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

*7.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.*

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1. São obrigações do Contratante:**

*8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;*

*8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;*

*8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;*

*8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;*

*8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;*

*8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;*

*8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;*

*8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01(um mês) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;*

*8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um mês), contado a partir da conclusão da instrução do requerimento,*

*sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

*8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

*8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes. |*

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

*9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;*

*9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;*

*9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;*

*9.1.4. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;*

*9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;*

*9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;*

*9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;



9.1.22. *Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;* |

9.1.23. *Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.*

9.1.24. *O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.*

9.1.25. *O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:*

9.1.26. *agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.27. *pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.28. *pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.*

9.1.29. *O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.*

9.1.30. **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1.31. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.* |

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.* |

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**

*Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. *Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).*

11.4.2. *Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1.1. *O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.*

12.1.2. *O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).*

12.1.3. *O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

12.1.4. *A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

12.1.4.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.1.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou

sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. *Gestão/Unidade: UASG 180159*
- II. *Fonte de Recursos: 175220006*
- III. *Programa de Trabalho: 180422*
- IV. *Elemento de Despesa: 33903985*
- V. *Plano Interno: 007.008.0209*
- VI. *Nota de Empenho: XXXXXXXXXXXXX*

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Bauru na data da assinatura digital.

XXXXXXXXXXXXX

CEL PM DIRIGENTE

Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX

CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX |

ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

**ANEXO III****MODELO REFERENTE À PLANILHA DE PROPOSTA**  
(em papel timbrado do licitante)**Bauru/SP.**

|         | CÓDIGO<br>COMPRAS GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR<br>UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|---------|-----------------------|-----------------------|------|---|---------------|----------------|
| Grupo 1 | 3565                  | 126721                | 1    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04011.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 2    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04308.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 3    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04600.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 4    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04608.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 5    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04400.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 6    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04411.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 7    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04416.</b> |               |                |
|         |                       |                       | 8    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-04418.</b> |               |                |
|         |                       |                       |      |   | Total         |                |

**Marília/SP.**

| Grupo 2 | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|---------|--------------------------|-----------------------|------|---|------------|----------------|
|         | 3565                     | 126721                | 9    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>16-55.</b>   |            |                |
|         |                          |                       | 10   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>7-91.</b>    |            |                |
|         |                          |                       | 11   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <b>I-09207.</b> |            |                |
|         |                          |                       |      |   | Total      |                |

**Jaú/SP.**

|         | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                     | VALOR UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|---------|--------------------------|-----------------------|------|---|------------|----------------|
| Grupo 3 | 3565                     | 126721                | 12   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. I-27-250. |            |                |
|         |                          |                       | 13   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. I-27-208. |            |                |
|         |                          |                       | 14   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. I-27-311. |            |                |
|         |                          |                       |      |   | Total      |                |

Bauru/SP.

|         | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                    | VALOR UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|---------|--------------------------|-----------------------|------|--|------------|----------------|
| Grupo 4 | 3565                     | 126721                | 15   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. E-13235. |            |                |
|         |                          |                       | 16   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. E-13211. |            |                |
|         |                          |                       | 17   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. E-13111. |            |                |
|         |                          |                       | 18   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. E-13129. |            |                |
|         |                          |                       |      |  | Total      |                |

(OBS: Tendo em vista que o “DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017 Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas”, os pagamentos obrigatoriamente devem ser efetuados através de conta corrente do Banco do Brasil o licitante deverá providenciar que os dados abaixo sejam preenchidos com os dados desta instituição para a emissão da Nota de empenho e posterior recebimento financeiro).

Declaro para os devidos fins que a empresa possui os seguintes dados Bancário no Banco do Brasil S/A:

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCR. EST.: \_\_\_\_\_

BANCO DO BRASIL S/A AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ C/C: \_\_\_\_\_

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



## ANEXO IV – Modelos de Declarações;

## **ANEXO V**

### **MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

#### **ANEXO V.1**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

**OU**

#### **[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]**

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI**

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO VI.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*

## **ANEXO VI.2**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO** (elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

### **ANEXO VI.3**

#### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*

## ANEXO V – Planilha orçamentária;

**Planilha Orçamentária**

**Bauru/SP.**

|                    | <b>CÓDIGO<br/>COMPRAS<br/>GOV</b> | <b>CÓDIGO<br/>CONTABILIZA</b> | <b>ITEM</b> | <b>ESPECIFICAÇÃO</b>  | <b>VALOR<br/>UNIT</b> | <b>VALOR<br/>TOTAL</b> |
|--------------------|-----------------------------------|-------------------------------|-------------|---|-----------------------|------------------------|
| <b>Grupo<br/>1</b> | 3565                              | 126721                        | 1           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04011.</u></b> | 24.318,84             | 24.318,84              |
|                    |                                   |                               | 2           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04308.</u></b> | 13.785,00             | 13.785,00              |
|                    |                                   |                               | 3           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04600.</u></b> | 8.642,01              | 8.642,01               |
|                    |                                   |                               | 4           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04608.</u></b> | 11.465,00             | 11.465,00              |
|                    |                                   |                               | 5           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04400.</u></b> | 21.987,30             | 21.987,30              |
|                    |                                   |                               | 6           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04411.</u></b> | 21.513,38             | 21.513,38              |
|                    |                                   |                               | 7           | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-</u><br><b><u>04416.</u></b> | 29.233,84             | 29.233,84              |
|                    |                                   |                               | 8           | Manutenção de Veículos Leves e  | 23.213,49             | 23.213,49              |

|  |  |  |  |                          |       |            |
|--|--|--|--|--------------------------|-------|------------|
|  |  |  |  | Pesados. <u>I-04418.</u> |       |            |
|  |  |  |  |                          | Total | 154.158,86 |

**Marília/SP.**

| Grupo<br>2 | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR<br>UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|------------|--------------------------|-----------------------|------|---|---------------|----------------|
|            | 3565                     | 126721                | 9    | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>16-55.</u>   | 20.460,00     | 20.460,00      |
|            |                          |                       | 10   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>7-91.</u>    | 54.000,00     | 54.000,00      |
|            |                          |                       | 11   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-09207.</u> | 20.773,43     | 20.773,43      |
|            |                          |                       |      |   | Total         | 95.233,43      |

**Jaú/SP.**

|                    | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | VALOR<br>UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|--------------------|--------------------------|-----------------------|------|--|---------------|----------------|
| <b>Grupo<br/>3</b> | 3565                     | 126721                | 12   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-27-250.</u> | 37.630,00     | 37.630,00      |
|                    |                          |                       | 13   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>I-27-208.</u> | 13.926,00     | 13.926,00      |
|                    |                          |                       | 14   | Manutenção de Veículos Leves e                           | 14.146,00     | 14.146,00      |



|  |  |  |  |                           |       |           |
|--|--|--|--|---------------------------|-------|-----------|
|  |  |  |  | Pesados. <u>I-27-311.</u> |       |           |
|  |  |  |  |                           | Total | 65.702,00 |

Bauru/SP

|            | CÓDIGO<br>COMPRAS<br>GOV | CÓDIGO<br>CONTABILIZA | ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR<br>UNIT | VALOR<br>TOTAL |
|------------|--------------------------|-----------------------|------|---|---------------|----------------|
| Grupo<br>4 | 3565                     | 126721                | 15   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>E-13235.</u> | 17.985,00     | 17.985,00      |
|            |                          |                       | 16   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>E-13211.</u> | 12.273,82     | 12.273,82      |
|            |                          |                       | 17   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>E-13111.</u> | 12.218,50     | 12.218,50      |
|            |                          |                       | 18   | Manutenção de Veículos Leves e Pesados. <u>E-13129.</u> | 14.527,00     | 14.527,00      |
|            |                          |                       |      |   |               | Total          |

## ANEXO VI – Resolução SSP-05.2026



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**



- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública